Opinião socialista

PSTU

Ano VIII Edição 152
De 12 a 25/06/2003
Contribuição: R$ 2,00

FALA ZÉ MARIA

"PROPOR EMENDAS À REFORMA DO FMI É UMA ARMADILHA PARA OS TRABALHADORES"

PÁGINA 3

"OU PÁRA A REFORMA, OU PARAMOS O BRASIL"

MAIS DE 20 MIL TOMAM BRASÍLIA NO DIA 11. LUTA CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA GANHA OUTRA DIMENSÃO

PÁGINAS 8-9

ALCA

GOVERNO LULA PROPÕE ACORDO BILATERAL COM OS ESTADOS UNIDOS

PÁGINA 4

8º CONGRESSO DA CUT

INDEPENDÊNCIA DA CUT FICA AMEAÇADA COM A VITÓRIA DO BLOCO GOVERNISTA

PÁGINAS 10-11

48º CONGRESSO DA UNE

É PRECISO UNIR A ESQUERDA NA UNE

PARA COLOCAR A UNE NA LUTA EM DEFESA DA EDUCAÇÃO E CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

PÁGINA 6

CARO EDITOR

Gratuita e irresponsável a matéria por vocês publicada no último Opinião Socialista, sobre a greve na prefeitura de Campinas. Temos ali uma greve de piquetes, agressiva e esvaziada, que busca se manter pouco se importando com o atendimento dos serviços essenciais à população.

Se há erros de encaminhamento da questão pela prefeitura, nada justifica esse ataque direto à *Articulação de Esquerda* que vocês fazem. Ainda mais, sabendo que nós não comun-gamos com a política geral da maioria do PT e nem com a conduta que a prefeita usualmente tem na administração. Aquela não é uma prefeitura com hegemonia ou mesmo grande influência da AE.

Mesmo sendo um jornal partidário, regras mínimas do jornalismo e da boa educação devem ser respeitadas. Ouvir o outro lado não é apenas uma recomendação de manuais de redação, mas uma maneira da boa convivência entre companheiros.

Tanto eu quanto o Valter já colaboramos com o jornal e estivemos juntos com vocês em várias jornadas. Com este ataque, de minha parte, não tenho mais como autorizar a publicação de minhas charges pelo Opinião Socialista.

Abraços,

Gilberto Maringoni

NOSSA RESPOSTA: Esclarecemos que não foi nossa intenção atribuir à Articulação de Esquerda, como corrente nacional e a todos seus militantes, as atitudes e posicionamento que tem tido a prefeitura de Campinas perante a greve dos Servidores.

Essa greve tem dois lados: o da prefeitura e o dos servidores grevistas. O Opinião Socialista tem um lado, o dos servidores grevistas e não esconde este fato.

O Opinião Socialista é uma publicação séria e responsável. Por isso, se houver na matéria algum dado ou fato impreciso - o que estamos checando - o interesse em retificá-lo, antes de tudo, é nosso. Pois, até para explicitar o verdadeiro enfrentamento político existente em Campinas e defender a greve dos servidores, quanto mais precisos forem todos os dados factuais, melhor. Dados factuais errados ou imprecisos, se houverem, podem turvar a verdadeira discussão.

Dado que o Secretário de Cultura da Prefeitura de Campinas, Valter Pomar (que é também da AE), colocou-se à disposição do jornal para esclarecer fatos e os posicionamentos da prefeitura, o convidamos a escrever no próximo número do OS para esclarecer os fatos que ele julgue necessários e apresentar sua versão e opinião sobre a greve e a posição da prefeitura.

De nossa parte, continuamos e continuaremos defendendo e apoiando a greve dos Servidores e sustentando as posições políticas centrais expressas na referida matéria.

Lamentamos, por outro lado, que Maringoni nos desautorize a publicar suas charges, não apenas porque o consideramos um ótimo chargista, mas também um companheiro de luta e socialista, com quem, acreditamos, seguiremos juntos em muitas jornadas.

SUMÁRIO

EDITORIAL / FALA ZÉ MARIA / ROSA E ZÉ LUIS	3
ECONOMIA / SAÚDE	4
ALCA	5
CONUNE/ EDUCAÇÃO	6-7
FUNCIONALISMO	8-9
CONCUT	10-11
MOVIMENTO	12-13
CULTURA	14
PERU / PALESTINA	15
EUROPA	16

EXPEDIENTE

Opinião Socialista **é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado**
CNPJ 73.282.907/0001-64 Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Rua Loefgreen, 909 - Vila Clementino
São Paulo - SP- CEP 04040-030
e-mail: ***opiniao@pstu.org.br*** Fax: (11) 5575-6093

EDITORA E JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

CONSELHO EDITORIAL
Eduardo Almeida, Euclides de Agrela, Júnia Gouveia, José Maria de Almeida e Valério Arcary

REDAÇÃO
André Valuche, Fernando Silva, João Ricardo Soares, Luiza Castelli, Mariúcha Fontana

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Gustavo Sixel

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO
Abel Ribeiro, Américo Gomes, Ana Cristina Silva, Asdrúbal Barbosa, Cacau, Cecília Toledo, Dari Diehl, Emmanuel Oliveira, Gegê, Giambatista Brito, Hermano Rocha, Jocilene Chagas, José Martins, Rogério Marzola, Sérgio Darwich, Suzana Vasconcelos, Teo Navarro, Valério Paiva, Yuri Fujita

IMPRESSÃO
GazetaSP - Fone: (11) 6954-6218

NOTAS

Estão rolando nas principais cidades as Paradas do Orgulho GLBT. O PSTU participa dos atos contra a homofobia por acreditar que a violência contra os trabalhadores e estudantes homossexuais os torna ainda mais vulneráveis às conseqüências da implementação do projeto neoliberal. Como exemplo, a reforma da Previdência de Lula, que reduz direitos. A extensão de benefícios previdenciários a parceiros homossexuais, uma das maiores vitórias do movimento GLBT nos últimos anos, está ameaçada.

Leia trechos do panfleto da Secretaria Nacional GLBT do PSTU distribuido na Parada de João Pessoa (PB), entre outras:

"O governo Lula desde o seu início vem mostrando uma política de traição à classe trabalhadora e suas bandeiras históricas que sempre incluiram a luta contra a homofobia, dando continuidade à politica neoliberal de FHC. (..) É preciso ir além das Paradas. Além da festa. Há mais de 100 grupos GLBTs atuando, mas não há um Fórum democrático onde estes possam se reunir e tirar uma pauta unificada de luta.(...)

Nossa libertação das amarras de opressão, marginalização e exploração só pode ser fruto da nossa própria organização e luta. (...)"

Leia o texto completo e as datas das Paradas no site www.pstu.org.br/glbt

Fabrício Rocha foi sorteado na promoção pelas 150 edições do ***Opinião Socialista***. Ele é de Alagoinhas, na Bahia, e vai receber um exemplar do livro 'Aonde Vai a França?', de Leon Trotsky.

Para Fabrício o mais importante em nosso jornal é a sua própria existência, "enquanto veículo de propagação dos ideais socialistas". Fabrício aguarda ansioso cada nova edição do ***Opinião***: "Não vejo a hora de poder me deleitar semanalmente com a concretização dos interesses dos trabalhadores".

ASSINATURA

NOME

ENDEREÇO

CIDADE **ESTADO**

CEP **TELEFONE**

E-MAIL

24 EXEMPLARES	48 EXEMPLARES
❑ 1x R$ 48,00	❑ 1x R$ 96,00
❑ 2x R$ 24,00	❑ 2x R$ 48,00
❑ 3x R$ 16,00	❑ 3x R$ 32,00
❑ Solidária R$	❑ Solidária R$ .....

Envie cheque nominal ao **PSTU** no valor da assinatura total ou parcelada para Rua Loefgreen, 909 - Vila Clementino - São Paulo - SP - CEP 04040-030

AQUI VOCÊ ENCONTRA O PSTU

■ **SEDE NACIONAL**
R. Loefgreen, 909
Vila Clementino São Paulo - SP
(11) 5575.6093 *pstu@pstu.org.br*

ALAGOAS

■ **MACEIÓ**
R. Pedro Paulino, 258 - Poço
(82) 336.7798 *maceio@pstu.org.br*

AMAPÁ

■ **MACAPÁ**
Rua Prof. Tostes, 914 - Santa Rita
(96) 9963.0775 *macapa@pstu.org.br*

AMAZONAS

■ **MANAUS**
R. Emílio Moreira, 801- Altos - 14 de Janeiro - (92)234.7093
manaus@pstu.org.br

BAHIA

■ **SALVADOR**
R.Coqueiro de Piedade, 80 - Barris
(71)328-6729 *salvador@pstu.org.br*

■ **ALAGOINHAS**
alagoinhas@pstu.org.br

CEARÁ

■ **FORTALEZA**
fortaleza@pstu.org.br

CENTRO
Av. Carapinima, 1700 - Benfica

BARRA
Rua Tulipa, 250 - Jardim Iracema

DISTRITO FEDERAL

■ **BRASÍLIA**
Setor Comercial Sul - Quadra 2 - Ed. Jockey Club - Sala 102
brasilia@pstu.org.br

ESPÍRITO SANTO

■ **VITÓRIA**
Av. Princesa Isabel, 15 - Ed. Martim de Freitas, 1304 -Centro

GOIÁS

■ **GOIÂNIA**
R. 242, Nº 638, Qda. 40, LT 11, Setor Leste Universitário -
(62)202-4905 *goiania@pstu.org.br*

MARANHÃO

■ **SÃO LUÍS**
(98)276.5366 / 9965-5409 -
saoluis@pstu.org.br

MINAS GERAIS

■ **BELO HORIZONTE**
bh@pstu.org.br

CENTRO
Rua da Bahia, 504 - sala 603 - Centro (31)3201.0736

CENTRO - FLORESTA
Rua Tabaiares, 31 - Floresta (Estação Central do metrô)
(31)3222.3716

BARREIRO
Av. Olinto Meireles, 2196 sala 5
Praça da Via do Minério

■ **CONTAGEM**
Rua França, 532/202 - Eldorado

■ **JUIZ DE FORA**
Av. Barão do Rio Branco, 3008 - bloco C - ap. 301
(32) 9965.1240 9966.1136

■ **UBERABA**
R. Tristão de Castro, 127 -
(34)3312.5629
uberaba@pstu.org.br

PARÁ

■ **BELÉM**
belem@pstu.org.br

SÃO BRÁS
Av. Gentil Bittencourt, 2089 -
(91)259.1485 -

ICOARACI
Conjunto da COHAB, Trav. S1, nº 111- (91) 9993.5650 / 227.8869

■ **CAMETÁ**
R. Cel. Raimundo Leão, 925 Centro

PARAÍBA

■ **JOÃO PESSOA**
R. Almeida Barreto, 391 - 1º andar - Centro - (83)241-2368
- *joaopessoa@pstu.org.br*

PARANÁ

■ **CURITIBA**
R. Alfredo Buffren, 29/4, Centro

PERNAMBUCO

■ **RECIFE**
R. Leão Coroado, 20 - 1º andar - Boa Vista - (81)3222.2549 -
recife@pstu.org.br

PIAUÍ

■ **TERESINA**
R. Quintino Bocaiúva, 778

RIO DE JANEIRO

■ **RIO DE JANEIRO**
rio@pstu.org.br

PRAÇA DA BANDEIRA
Tv. Dr. Araújo, 45 -
(21)2293.9689

CAMPO GRANDE
Estrada de Monteiro, 538/Casa 2

■ **DUQUE DE CAXIAS**
R. das Pedras, 66/01, Centro

■ **NITERÓI**
R. Dr. Borman, 14/301 - Centro
(21)2717.2984 *niteroi@pstu.org.br*

■ **NOVA IGUAÇU**
R. Cel. Carlos de Matos, 45 Centro

■ **VOLTA REDONDA**
Rua Peri, 131/2 - Eucaliptol

RIO GRANDE DO NORTE

■ **NATAL**
R. Dr. Heitor Carrilho, 70
Cidade Alta - (84) 201.1558

RIO GRANDE DO SUL

■ **PORTO ALEGRE**
R. General Portinho, 243
(51) 3286.3607 -
portoalegre@pstu.org.br

■ **CAXIAS DO SUL**
Rua do Guia Lopes, 383, sl 01
(54) 9999.0002

■ **PASSO FUNDO**
XV Novembro, 1175 - Centro -
(54) 9982-0004

■ **PELOTAS**
Rua Santa Cruz, 1441 - Centro - (Próximo a Univ. Católica) (53) 9126.7673 *pelotas@pstu.org.br*

■ **RIO GRANDE**
(53) 9977.0097

■ **SANTA MARIA**
(55) 9989.0220 -
santamaria@pstu.org.br

■ **SÃO LEOPOLDO**
Rua João Neves da Fontoura,864
Centro 591.0415

SANTA CATARINA

■ **FLORIANÓPOLIS**
Rua Nestor Passos, 104 Centro
(48)225.6831 -
floripa@pstu.org.br

SÃO PAULO

■ **SÃO PAULO**
saopaulo@pstu.org.br

CENTRO
R. Nicolau de Souza Queiroz, 189 - (11)5904.2322

ZONA LESTE
Av. São Miguel, 9697
Pça do Forró - São Miguel
(11) 6297.1955

ZONA OESTE
Av. Corifeu de Azevedo Marques, 3483
Butantã - (11)3735.8052

ZONA NOROESTE
R. Filomeno Bochi Pilli, 140/5 - Freguesia de Ó (11)3978.2239

ZONA SUL
SANTO AMARO
R. Cel. Luis Barroso, 415 -
(11)5524-5293

CAMPO LIMPO
R. Dr. Abelardo C. Lobo, 301 - piso superior

■ **BAURU**
R. Cel. José Figueiredo, 125 - Centro - (14)227.0215-
bauru@pstu.org.br
www.pstubauru.kit.net

■ **CAMPINAS**
R. Marechal Deodoro, 786
(19)3235.2867-
campinas@pstu.org.br

■ **CAMPOS DO JORDÃO**
Av. Frei Orestes Girard, 371 sala 6 - Bairro Abernéssia
(12)3664.2998

■ **DIADEMA**
R. dos Rubis, 359 - Centro
(11)9891-5169
diadema@pstu.org.br

■ **EMBU DAS ARTES**
Av. Rotary, 2917 sobreloja
Pq. Pirajuçara (11) 4149.5631

■ **FRANCO DA ROCHA**
R. Washington Luiz,43 -Centro

■ **GUARULHOS**
R. Miguel Romano, 17 - Centro
(11) 6441.0253

■ **JACAREÍ**
R. Luiz Simon,386 - Centro
(12) 3953.6122

■ **LORENA**
Pça Mal Mallet, 23/1 - Centro

■ **OSASCO**
R. São João Batista, 125

■ **RIBEIRÃO PRETO**
R. Saldanha Marinho, 87
Centro - (16) 637.7242
ribeiraopreto@pstu.org.br

■ **SANTO ANDRÉ**
R. Adolfo Bastos, 571
Vila Bastos - (11)4427-4374

■ **SÃO BERNARDO DO CAMPO**
R. Mal. Deodoro, 2261 - Centro
(11)4339-7186 e 6832-1664
saobernardo@pstu.org.br

■ **SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**
sjc@pstu.org.br

VILA MARIA
R. Mário Galvão, 189
(12)3941.2845

ZONA SUL
Rua Brumado, 169 Vale do Sol

■ **SOROCABA**
Rua Prof. Maria de Almeida,498 - Vila Carvalho

■ **SUZANO**
Av. Mogi das Cruzes,91 - Centro
(11) 4742-9553

■ **TAUBATÉ**
Rua D. Chiquinha de Mattos, 142/ sala 113 - Centro

SERGIPE

■ **ARACAJU**
Pça. Promotor Marques Guimarães, 66 A, cjto. Augusto Franco - Fonolândia
aracaju@pstu.org.br

! NA INTERNET

www.pstu.org.br
www.litci.org

EDITORIAL

LUTA CONTRA A REFORMA ENTRA EM UM NOVO PATAMAR

Mais de 20 mil trabalhadores marchavam em Brasília no último dia 11 contra a reforma da Previdência. Enquanto isso, o governo e o PT buscavam impedir uma CPI no Senado sobre o desvio de US$ 30 bilhões pelo Banestado e forçavam a tramitação da PEC-40 na Comissão Especial da Câmara. Mesmo sabendo que tal ato seria mais uma provocação aos servidores, o governo optou por não parar por nenhum dia o "andamento da reforma", para tentar mostrar aos banqueiros que vai enfrentar os trabalhadores.

O ministro Zé Dirceu e o presidente do PT, José Genoíno, primeiro tentaram proibir parlamentares petistas de ir ao ato convocado pelos sindicatos e pela CUT, depois liberaram a bancada, mas entraram em ação exigindo que os parlamentares "fossem um exemplo para os demais partidos aliados". Leia-se: que ninguém discursasse contra as reformas e o governo.

Não é à toa, que quando chegaram ao Palácio do Planalto, os manifestantes entoaram "Stálin não morreu, virou o Zé Dirceu".

Uma comissão, composta pelo ministro da Casa Civil, José Dirceu, do Planejamento, Guido Mantega, da Previdência, Ricardo Berzoini e pelo assessor Luís Dulci, recebeu uma comissão dos manifestantes.

O professor Domingues, vice presidente do ANDES-SN, que esteve na comissão disse"Não tivemos nenhum avanço. Só conseguiremos nossos objetivos se houver mobilização da categoria. As reivindicações só serão atendidas se houver manifestações e paralisações"

A manifestação do dia 11, entretanto, com certeza, colocou a mobilização contra a reforma num novo patamar.

Agora é Luta e a tarefa de todos os sindicatos e ativistas é entrar em cheio na Campanha contra a reforma, esclarecendo a população e ganhando o apoio crescente dos trabalhadores do setor privado à luta dos servidores.

> A TAREFA DE TODOS OS SINDICATOS E ATIVISTAS É ENTRAR EM CHEIO NA CAMPANHA CONTRA A REFORMA

Os servidores, por sua vez, devem seguir ganhando as ruas de forma unificada, até a construção da greve de todo setor público.

UNIR A ESQUERDA NA LUTA E NUM NOVO PARTIDO

Essa reforma é um divisor de águas. Não é possível defender os interesses dos trabalhadores e seguir na base do governo. Também já não é possível seguir fiel à luta da nossa classe por dentro do PT, vide os parlamentares ameaçados de expulsão por se contraporem à reforma. Para ficar no PT é preciso abandonar os trabalhadores e colocar-se ao lado dos banqueiros e do acordo com o FMI.

Por tudo isso, é preciso que a esquerda socialista rompa com o governo e com o PT e que construamos juntos um novo partido, de luta, de classe, revolucionário e socialista, que possa ser uma alternativa e uma referência de esquerda para os trabalhadores brasileiros. ■

FALA ZÉ MARIA

EMENDAR A PEC 40 É ARMADILHA

Não levou nem uma semana para que a votação do CONCUT sobre a reforma da previdência entrasse em contradição e confronto com os milhares de manifestantes que ocuparam Brasília contra o projeto do governo.

A direção da CUT e os parlamentares do PT, que defendem emendar a PEC, modificando alguns pontos, como o aumento do teto para a contribuição dos inativos ou uma regra de transição para a idade mínima, aceitam e legitimam a essência da reforma: a privatização da Previdência e o fim da integralidade e da paridade.

Tentam tapar o sol com a peneira, ao afirmar que a reforma tem partes boas e partes ruins. Em vez de lutar pela retirada do projeto, tentam semear ilusões de que através de emendas é possível "melhorar" a reforma.

Mas esse projeto do FMI retira direitos históricos para beneficiar os banqueiros e não atende a nenhum interesse da classe trabalhadora. Querer emendá-lo é como aceitar ser enforcado e defender negociar a cor da corda.

O líder do governo no Congresso, Nelson Pellegrino, afirma que a reforma está sendo feita por etapas e que, agora, no Congresso, abancada do PT pode ser um canal entre os servidores e o governo e que é possível negociar e incluir algumas reivindicações dos servidores. A Comissão do governo que recebeu uma comissão dos manifestantes, por sua vez, deixou claro que não aceita negociar nada que venha a "desfigurar" o projeto.

Setores que defendem emendar a reforma, como a Articulação Sindical, parlamentares do grupo dos 30 do PT, PCdoB e outros, aceitam o projeto no atacado, pressionam por migalhas no varejo e querem fazer crer que a via da "negociação" é a saída para os trabalhadores.

Outros ainda, como o deputado Ivan Valente, defendem a apresentação de emendas como uma "grande tática" para "implodir a reforma por dentro", quando sabem, e muito bem, que a aprovação de qualquer emenda exige 308 votos e que é mais fácil impedir que o governo tenha esse número de votos, do que conseguir que 308 deputados votem numa emenda que garanta a integralidade, a paridade ou a Previdência estatal e Pública.

A apresentação de emendas é uma grande armadilha contra o movimento e contra a construção da luta, único instrumento que pode derrotar a reforma. Muito longe de "implodir por dentro o projeto", ela conspira no sentido de implodir a unidade de todos os trabalhadores na luta e de conduzir a mobilização para o beco sem saída, do jogo interno do parlamento burguês.

Por isso, estão corretíssimas as entidades que, como o ANDES-SN, exigem a retirada da PEC40 ou a sua rejeição integral pelo Congresso. Estão corretos também os parlamentares, chamados de "radicais", que têm se comprometido a votar contra aPEC.

Aqueles que votarem nessa reforma – com emendas ou sem emendas – merecem Ter sua cara colada nos postes de todo o país, como coveiros do serviço público.

ZÉ LUIS E ROSA

Nove anos de impunidade

CONTINUA A LUTA PELA PUNIÇÃO DOS ASSASSINOS

ASDRÚBAL BARBOSA,
de São Paulo (SP)

Os advogados do **Instituto José Luis e Rosa Sundermann** tiveram uma entrevista com o delegado que atualmente acompanha o inquérito do crime, na Equipe Especial da Delegacia de Homicídios e Proteção a Pessoa (DHPP) na cidade de São Paulo. O inquérito foi transferido para a capital, pois a polícia de São Carlos, depois de muita pressão, assumiu que não tinha condições de chegar a conclusão do caso.

Infelizmente a polícia ainda não apresentou nenhum suspeito, e resiste a seguir a linha de investigação adotada pelo Instituto, de buscar os criminosos entre os donos da Usina Ipiranga e seus comparsas. Não entende que a hipótese mais provável seja de crime político.

Mesmo assim os advogados insistiram e apresentaram os indícios que envolvem a família Titoto, dona da Usina, em mais crimes na região de Ribeirão Preto, desde roubo de carros, estelionato e homicídios, demonstrando a índole criminosa desta família de latifundiários. ■

Arquivo PSTU

José Luis Sundermann

ALÉM DAS TAXAS DE JUROS

ENQUANTO A PRODUÇÃO NACIONAL É DESTRUÍDA, AS MÁFIAS DOS EXPORTADORES E DO FMI TRAVAM UMA OBSCENA DISCUSSÃO SOBRE OS JUROS DO BANCO CENTRAL

JOSÉ MARTINS, economista do Núcleo de Educação Popular 13 de Maio

Até pouco antes de sua posse como presidente da República, Lula da Silva gritava aos quatro ventos que no seu governo os problemas econômicos seriam resolvidos por decisões políticas. Passados cinco meses de governo, o vice-presidente (José Alencar) rebela-se contra as elevadas taxas de juros: "Isso não é decisão para economistas. É decisão para políticos", justifica. Lula da Silva já não pensa mais assim. Em resposta ao seu inquieto vice-presidente, declarou como um economista qualquer que os juros precisam cair, mas "isso não se faz com bravatas".

Quem está certo nessa obscena discussão sobre os juros? Lula, que agora defende as decisões econômicas para os problemas políticos, ou Alencar, que defende as decisões políticas para os problemas econômicos? Nenhum dos dois. Não existe decisão econômica que não seja política. A economia sem-pre foi e será uma Economia Política, como os fundadores Adam Smith e David Ricardo a denominavam. Por detrás das técnicas econômicas – como, por exemplo, a decisão do Banco Central em aumentar ainda mais a taxa básica de juros – existe uma luta de diferentes grupos capitalistas e seus interesses particulares sobre os rumos da economia brasileira.

Alencar quer a redução da taxa de juros – como todos os capitalistas que acham que o remédio para os problemas da economia brasileira está no aumento das exportações e diminuição das importações – porque ele é o proprietário de grandes indústrias têxteis que se beneficiaram recentemente com a desvalorização do real frente ao dólar e aumentaram brutalmente seus lucros nas exportações.

Lula quer a manutenção de elevadas taxas de juros – como todos os capitalistas que acham que o remédio para os problemas da economia brasileira está no combate à inflação dos preços através do corte das despesas correntes do governo, da valorização artificial do real frente ao dólar e de uma simultânea abertura do mercado nacional para os fluxos de mercadorias e de recursos externos – porque ele aceitou espertamente a função de despachante do Fundo Monetário Internacional (FMI) e pode ser recompensado pelos donos do mundo com um longo período na presidência da República, como aconteceu com seu antecessor FHC.

Nem a posição de Alencar/máfia exportadora, nem a de Lula/FMI, vão resolver os problemas da economia brasileira. E nem existem grandes discordâncias entre os dois. Enquanto as exportações de mercadorias batem recordes seguidos e a taxa de inflação volta a cair com força, os dados publicados na última semana mostram que está em curso um processo planejado de destruição da economia: produção industrial já está em queda (-3.36% em março/03); investimentos industriais desabando (- 16% nas encomendas de bens de capital no 1º trimestre/03); utilização da capacidade instalada atingindo níveis críticos; desemprego da força de trabalho batendo recordes históricos; salários e rendimentos individuais continuamente arrochados; comércio interno paralisado etc.

Quem está certo? Lula, que agora defende decisões econômicas para os problemas políticos, ou Alencar, que defende decisões políticas para os problemas econômicos? Nenhum dos dois.

Em resumo: simultaneamente ao aumento desmesurado das exportações nos últimos quinze meses (o que favoreceu os lucros do time do Alencar), e ao aumento criminoso do superávit fiscal interno (o que aumentou as rendas e os juros do time de Lula/FMI), a produção nacional continuou derretendo. Entre o ano de 1977, quando atingiu seu maior valor (US$ 807 bilhões) e 2002 (US$ 451 bilhões), o Produto Interno Bruto (PIB) caiu quase pela metade, em valores reais.

A política do FMI no Brasil é a política que o capital global impõe a economias dominadas para a superação da crise que ele mesmo criou. É por isso que essa política do FMI não pode ser contestada pelos interesses particulares desta ou daquela fração das classes dominantes nacionais. Ela tolera apenas pequenos ajustes nas perdas e nos ganhos desta ou daquela fração de capitalistas. Nada mais do que isso.

Quem pode mais chora menos. Nessa discussão da taxa de juros, os representantes da máfia exportadora estão chorando e os que estão executando com mais desenvoltura a política do FMI não param de rir. Mas não se iludam, logo, logo, todos eles estarão rindo juntos, se reconciliando como uma verdadeira franco maçonaria capitalista para continuar unidos no massacre sobre os trabalhadores, quer dizer, sobre as verdadeiras forças produtivas nacionais. ■

*Leia, divulgue e assine a **Crítica Semanal da Economia**. Ligue agora para (11) 91326635 ou passe um e-mail para **critica@elo.com.br***

Mortes nos hospitais de Fortaleza

Recente episódio das mortes nas UTIs de Fortaleza escancara a falência do sistema público de saúde e a rapinagem dos hospitais particulares

GIAMBATISTA BRITO, de Fortaleza (CE)

O Brasil inteiro acompanhou perplexo as mortes nos hospitais públicos de Fortaleza, pela superlotação dos leitos de UTI. Ao menos 25 pessoas morreram na fila de espera em 25 dias.

O episódio tomou tal dimensão que chegou a merecer uma intervenção, mesmo que morna, do atual ministro da Saúde, Humberto Costa. Apesar do alarde, essa não é uma situação nova.

De janeiro a agosto de 2001, 224 pessoas morreram na fila - num único hospital público de Fortaleza - , sendo que ao menos 113 delas poderiam estar vivas se tivessem UTI. Fortaleza tinha então 326 leitos de UTI: 168 em hospitais públicos e 158 em hospitais particulares, 29% dos leitos necessários. Hoje são 510 leitos em todo o Estado, sendo 367 em hospitais públicos. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), seriam necessários, apenas na capital, 1.150.

Esse, porém, é apenas um dos elementos do verdadeiro fracasso do sistema de saúde. O Ceará enfrenta um dos maiores surtos de dengue do país: 10.394 casos do tipo clássico e 123 de dengue hemorrágica, com 12 vítimas fatais. O número de casos de meningite com morte também deu um salto.

Enquanto o estado sofrer com a miséria e a pobreza, o número de vítimas nos hospitais - e que dirá fora deles! -, seguirá sendo assustador. Mais da metade da população vive abaixo do nível da indigência.

Mas a recente tragédia deixou clara a incompatibilidade entre a existência de hospitais particulares e o dever do estado de garantir saúde de qualidade. Enquanto pessoas morriam como moscas nas filas, a Associação dos Hospitais Particulares aproveitava para exigir o aumento da diária paga pelo SUS (R$ 170,00), para "ceder" um leito particular, cujo preço de mercado alcança a cifra de R$ 900,00. Uma das razões de não haver leitos disponíveis é que os planos de saúde privados ocupam os destinados a pacientes do SUS.

Exigir do governo Lula a estatização da rede de hospitais particulares, para garantir saúde pública de qualidade para todos, deve ser uma bandeira de todos os trabalhadores.

ROMPER JÁ AS NEGOCIAÇÕES

A PROPOSTA DO GOVERNO LULA DE REALIZAR UM ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO ENTRE O MERCOSUL E OS EUA, O 4 + 1, NÃO TEM NENHUMA CONTRADIÇÃO COM A ALCA

JOÃO RICARDO SOARES,
da redação

Na semana que precedeu a visita do representante comercial norte-americano, Robert Zoellick, houve uma reunião ministerial para "afinar" o discurso do governo Lula com relação à Alca.

Na aparência, os ministros ligados à área econômica estavam avançando o sinal ao se declararem a favor de acelerar as negociações da Alca. E isto questionava a tática do Ministério das Relações Exteriores (MRE) de não entregar propostas nas áreas de serviços e liberação financeira, em represália à posição norte-americana de discutir os "interesses do Brasil" somente no âmbito da OMC.

Depois da reunião, a proposta "oficial" do governo, centrada em construir um acordo comercial do Mercosul com os EUA, conhecida como 4+1, foi saudada como uma vitória do Ministério das Relações Exteriores, ou dos integrantes do governo Lula contrários à Alca.

Diante deste quadro, muitos advogam que a melhor tática da luta contra a Alca já não seria a luta pela ruptura das negociações e sim apoiar o governo para realizar uma "negociação soberana". Em outro nível, a Articulação Sindical, no Congresso da CUT rejeitou até mesmo a proposta de exigir do governo a realização do Plebiscito Oficial.

"4+1" e Alca: qual a contradição?

O Brasil negocia de forma simultânea a Alca e a nova rodada da Organização Mundial do Comércio (OMC), que discute ampliar a liberação dos serviços e a abertura dos mercados dos países industrializados aos produtos agrícolas dos países periféricos. E, se não bastasse, está discutindo também um acordo de livre comércio com a União Européia.

Os EUA transferiram vários temas de "interesse do Brasil" na Alca para a negociação da OMC, como o acesso dos produtos agrícolas brasileiros ao mercado americano e as barreiras não tarifárias[1].

Esta política dos EUA está baseada no fato de que existem duas negociações simultâneas. E, caso ele ceda às reivindicações dos latifundiários exportadores brasileiros na Alca, ficaria obrigado a ceder também dentro da OMC. Pois existe uma cláusula no acordo da OMC, que define que tudo o que seja negociado nos acordos regionais– além do que existe no âmbito dela - deve ser ampliado a todos os países da OMC.

O problema é que as negociações da OMC estão encalacradas pela negativa da União Européia de abrir seu mercado agrícola. O pano de fundo da paralisação na negociação da OMC é a crise econômica mundial e a recessão que já toma conta da Alemanha.

Este impasse na OMC levou a uma crise nas negociações da Alca, pois todo o tema agrícola agora fica dependente do avanço ou não das negociações na OMC para deslanchar na Alca.[2]

A proposta de um acordo "bilateral" entre o Mercosul e os EUA, que é apresentada por integrantes do PT como uma alternativa à Alca, na verdade é o oposto. Ele desbloquearia a crise atual, abrindo o caminho para a implantação da Alca.

Se existisse qualquer contradição entre os acordos bilaterais e a Alca, os EUA não teriam assinado nestes dias um acordo de Livre Comércio com o Chile. Mas quem não deixa dúvidas sobre o conteúdo da proposta do governo é o próprio Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores: *"Eu tenho dito que o '4+1' não substitui a Alca. Isto é um problema de foco. O que nós dissemos foi que exploraríamos o máximo as possibilidades de aprofundar o '4+1'"*[3]

Na mesma entrevista, o representante norte-americano também não descartava a possibilidade do 4 + 1. Apenas preferia apostar pelo desbloqueio das negociações da OMC, antes de iniciar uma discussão bilateral com o Brasil. Então, não estamos diante de uma proposta contra a Alca, e sim, ante uma forma de acelerar um dos aspectos da negociação da Alca que é a parte relativa ao "livre comércio".

Exportar é o que importa?

Todos sabemos que a Alca é muito mais do que um acordo de "livre comércio". Os temas em negociação envolvem a perda total de soberania de todos os países da América Latina.

Mas, desde quando a redução da Alca a um acordo de livre comércio entre o Mercosul e os EUA traria benefícios aos trabalhadores brasileiros? A essência do problema permanece. A abertura total de nossas fronteiras às empresas norte-americanas traria: desemprego, fechamento de fábricas e recolonização.

Então, o debate dentro do governo não é de conteúdo, mas de ritmo. Todos estão a favor de manter e aprofundar nossa submissão ao imperialismo. Talvez a tabela abaixo explique porque o vice-presidente Alencar, proprietário da empresa Coteminas, e o ministro da Sadia, Furlan, tenham mais pressa: o lucro de suas empresas depende das exportações. Mas, enquanto eles exportam, nossos salários seguem caindo e o desemprego aumentando.

FONTE: Folha de São Paulo 08/06/2003

Se o governo estivesse defendendo o interesse dos trabalhadores não teria outra alternativa, a não ser romper já as negociações.

Por isso, devemos seguir e ampliar o trabalho com o abaixo-assinado que exige do governo um Plebiscito Oficial. ■

[1] São formas de impedir o acesso ao mercado que não utiliza as tarifas, como "Lei anti-dumping", barreiras fitosanitárias, imposição de cotas, etc.
[2] O próprio ministro explica a relação entre as negociações: "Na realidade as três negociações podem ser vistas como um processo único em três tabuleiros, na medida em que estão sendo remetidos à Rodada de Doha vários temas (...) A indisposição norte-americana em debater os subsídios agrícolas e as regras anti-dumping na ALCA constitui o exemplo mais notório. Esta circunstância faz com que seus cronogramas sejam interdependentes e requeiram uma harmonização."
Palestra proferida no xv Forum Nacional. (mre.gov.br)
[3] Transcrição da conferência de imprensa conjunta entre C. Amorin e R. Zoellick, 28/05 (www.ustr.gov)

Cresce a mobilização contra a Alca na América Latina

No Equador, a III Convenção Nacional Contra a Alca marcou para o dia 12 de outubro a realização de um plebiscito popular. Na Colômbia, está sendo convocado um Fórum de resistência contra a Alca. E, nos dias 6 e 7 de junho, foi realizado na Bolívia o I Encontro Nacional contra a Alca, que, entre as principais deliberações, decidiu pela realização de um plebiscito popular e uma grande campanha de esclarecimento à população, com a edição de jornais e cartilhas.

UNE: GOVERNISMO OU INDEPENDÊNCIA?

NO 48º CONGRESSO DA UNE, OS ESTUDANTES QUE SE ORGANIZAM NA TESE RUPTURA ESTARÃO LUTANDO PELA FORMAÇÃO DE UM BLOCO DE ESQUERDA PARA DEFENDER UMA UNE INDEPENDENTE, DEMOCRÁTICA E DE LUTA

Bancada do PSTU no 46º Conune

Como na CUT, é preciso unir a esquerda da UNE

No congresso da CUT houve um fato muito positivo: a esquerda se unificou numa chapa comum. O PC do B, pelo contrário, junto com outros setores equivocados, fechou chapa com a *Articulação*.

Na UNE, a necessidade de um bloco de esquerda é urgente. Pois, do contrário, as lutas do movimento estudantil que estão por vir no segundo semestre, ficarão sem uma alternativa clara de direção frente ao imobilismo e a burocratização da entidade.

Infelizmente, a maioria das correntes da esquerda do PT (*Articulação de Esquerda, Democracia Socialista, Força Socialista* e *O Trabalho*) vêm se recusando a unificar a esquerda na UNE. Os companheiros têm feito várias alianças com setores que sempre combatemos no movimento, como o PPS, o MR-8 e até o PFL, que graças a essa política dos companheiros está hoje na tesouraria da União Catarinense dos Estudantes.

No congresso da UNE, querem uma chapa de "Unidade do PT", ou seja, com a Articulação. Perguntamos a esses companheiros como é possível fazer unidade com aqueles que dirigem o governo, negociam a Alca e aplicam medidas do FMI, como a reforma da Previdência? Como é possível estar junto com quem quer expulsar do PT os que votarem contra ataques aos trabalhadores que o governo quer aprovar? De que lado os companheiros vão estar, quando vier a greve do funcionalismo: do lado dos grevistas ou do governo?

Acreditamos que esta política é um grave erro, pois longe de representar uma alternativa de direção para a UNE, vai significar a unidade com aqueles que nos atacam.

Sabemos que a maioria dos companheiros das teses *Radicalizar a UNE* e *Contestação* não concordam com essa aliança, mas tampouco se definiram por um bloco de esquerda. Seria um grande erro que a esquerda que está unida na luta do funcionalismo se dividisse no Conune. É preciso que atuemos juntos e unamos toda a esquerda numa única chapa no congresso e na luta depois dele.

Chamamos a todos os DCEs, CAs, Executivas de Curso, companheiros independentes ou militantes petistas que estão descontentes com os rumos do governo Lula, para organizarmos uma alternativa e um BLOCO DE ESQUERDA NA UNE. E chamamos os companheiros da esquerda do PT a refletirem e mudarem sua política para que possamos, unidos,lutar por uma nova direção para a UNE. ■

HERMANO ROCHA DE MELO,
primeiro-secretário da UNE

De 18 a 22 de junho estará acontecendo o 48º Congresso da UNE, em Goiânia (GO). Este congresso tem muita importância, pois vai definir a posição da entidade diante do governo Lula.

A direção majoritária da UNE – UJS, ligada ao PC do B – e seus aliados de direita (PSDB, PTB, PPS, PSB etc) vêm atrelando cada vez mais a UNE ao governo.

Essas correntes apóiam, de fato, a política que o governo aplica, de submissão do país aos ditames do FMI e do Banco Mundial. Elas se calam diante dos cortes de verbas para a educação pública e desvio destas para o ensino privado. Defendem a participação da UNE no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), órgão de maioria empresarial, criado para legitimar as reformas do FMI. E seus partidos já definiram votar a favor da reforma da Previdência no Congresso Nacional.

Por outro lado, a *Articulação Estudantil* - corrente majoritária no PT e no governo - defende uma entidade ainda mais governista. Quer que a UNE apóie todas as medidas do governo, ao invés de propor organizar a luta dos estudantes por suas reivindicações.

Contra estas correntes, estudantes ligados à juventude do **PSTU**, que se organizam na tese **RUPTURA**, vêm defendendo a necessidade de um forte BLOCO DE ESQUERDA. Um bloco para recolocar a UNE no rumo da luta social e da organização pela base. Para construir uma aliança com os trabalhadores contra as medidas neoliberais que vêm sendo aplicadas. Para garantir uma UNE independente do governo e democrática.

ORGANIZAR A LUTA EM DEFESA DA EDUCAÇÃO E CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

A eleição de Lula gerou muitas expectativas nos estudantes e no movimento estudantil. Era grande a esperança de que esse governo e o novo ministro da Educação, Cristóvam Buarque, fossem acabar com o projeto neoliberal e colocar a Educação como prioridade nacional. Mas está acontecendo o oposto disto.

O atual governo manteve as negociações da Alca e assumiu ainda mais compromissos com o FMI, aprofundando o modelo neoliberal de FHC. Ele está atacando a educação e todos os serviços públicos para continuar pagando a dívida externa. A proposta de reforma da Previdência, além de retirar direitos históricos dos trabalhadores e privatizar a previdência, atinge também a educação.

Segundo o ANDES, sindicato nacional dos professores das universidades, 13% dos professores podem se aposentar já, para não perder o direito à aposentadoria. Na maioria das universidades aumentaram em mais de 100% os pedidos de aposentadoria. Isso levará ao fechamento de muitos cursos por falta de professores. O número de substitutos contratados temporariamente vai aumentar e vai piorar muito a qualidade de ensino.

Há hoje manifestações por todo o país para barrar essa reforma. No último dia 11, milhares tomaram Brasília. Essa luta vai continuar, pois o funcionalismo - especialmente funcionários e professores das universidades - vai seguir mobilizado, e tem, inclusive, indicativo de greve para a segunda quinzena de junho, justamente durante o congresso da UNE.

O congresso tem a tarefa de aprovar uma posição clara contra a Reforma da Previdência e pela retirada da PEC 40 do Congresso Nacional. A UNE tem que estar ao lado dos professores e funcionários nesta luta, chamando os estudantes a estarem com eles nas ruas e apoiando a construção da sua greve. É preciso criar comandos de mobilização em todas as universidades e organizar o movimento para derrotar mais este ataque à Educação. ■

ATO CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA E EM DEFESA DA EDUCAÇÃO

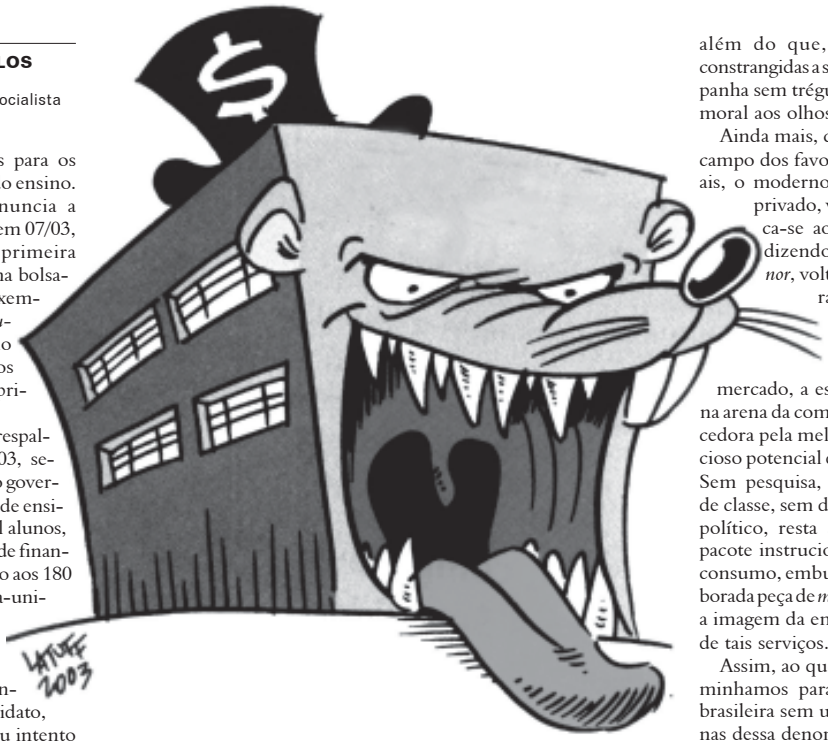
LOCAL: Congresso da UNE, Praça Universitária
DIA: 20/06, 12h.
ORGANIZAÇÃO: DCE UFG
PRESENÇAS CONFIRMADAS:
ANDES-SN, Entidades do funcionalismo, BABÁ (Dep. Federal PT-PA) e LUCIANA GENRO (Dep. Federal PT-RS), José Maria de Almeida (Diretor da CUT - Presidente do PSTU).

ILUSTRAÇÃO LATUFF

SOCIEDADE SEM UNIVERSIDADES

O PROGRAMA BOLSA-UNIVERSIDADE, ANUNCIADO PELO GOVERNO LULA, DESTINA VERBAS PÚBLICAS PARA INSTITUIÇÕES PRIVADAS E AGRAVA A SITUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

SUSANA VASCONCELOS JIMENEZ*,
especial para o Opinião Socialista



Ótimas notícias para os empresários do ensino. Conforme anuncia a *Folha Online*, em 07/03, cria-se pela primeira vez no Brasil o programa bolsa-universidade, que, a exemplo do *Financiamento Estudantil*/FIES, do governo FHC, visa manter alunos carentes em faculdades privadas.

A notícia em foco é respaldada por outra, de 10/03, segundo a qual, em 2003, o governo agraciará as empresas de ensino superior com 396 mil alunos, através de um programa de financiamento, que se juntarão aos 180 mil beneficiários da bolsa-universidade.

Tais medidas vêm de encontro às promessas de campanha do presidente Lula, que,como candidato, jamais fez segredo de seu intento de tratar regiamente o mercado do ensino superior, triplicando o crédito educativo, conforme declarou repetidas vezes nos programas do horário eleitoral.

Aliás, com o total de beneficiários previsto, Lula vem cumprir com larga folga sua promessa, pois, até 2002, segundo a mesma matéria, o FIES alcançava 184 mil alunos de faculdades privadas do país.

Assim, enquanto o governo se dispõe, de pronto, a investir no ensino superior privado, à universidade pública, restará torcer para que o orçamento de 2004 lhe conceda alguma graça financeira, conformando-se, no aqui e agora, com as pontuais mudanças burocráticas apontadas pelo Ministro da Educação.

Apenas ingenuamente poderíamos indagar porque tão vultuosos recursos extraviaram-se do endereço da universidade pública, um destinatário, por assim dizer, natural, das verbas alocadas para o ensino superior do país.

É oportuno lembrar aqui a retórica estreita e míope decalcada da cartilha do Banco Mundial, segundo a qual, deve o Brasil, ainda às voltas com o problema do analfabetismo crônico, e carente de recursos que atendam as necessidades relativas a todos os níveis de ensino, recanalizar "o pouco de que dispõe", para o ensino fundamental, ao invés de financiar o ensino superior público.

Tal raciocínio faz pouco caso das distorções e limitações advindas do atrelamento da instituição universitária aos mecanismos de mercado, pois, subjugando-se o potencial científico-cultural da universidade aos interesses mercadológicos, barganha-se a condição primeira para a produção de conhecimentos que respondam aos mais legítimos – e, por natureza, mais universais – carecimentos da vida social: a realização autônoma e crítica da atividade intelectual e científica.

> LULA JAMAIS FEZ SEGREDO DE SEU INTENTO DE TRATAR REGIAMENTE O MERCADO DE ENSINO SUPERIOR

Ainda mais, o que ironicamente se constata é que, longe de *economizar* aos cofres públicos preciosas divisas relativas à universidade, a fim de, conforme se alega, garantir um aporte adequado de recursos para a educação básica, o Estado continua assumindo pesados compromissos com a educação superior do país, no caso, apadrinhando empresas privadas (com o nobre propósito, conforme o cínico argumento utilizado, de abrir as portas do ensino superior à população carente impedida de tomar assento nos bancos elitizados da universidade pública).

> OS BENEFICIÁRIOS DA BOLSA-UNIVERSIDADE ESTARÃO, INVOLUNTARIAMENTE, CONTRIBUINDO PARA O DESEMPREGO

Ora, é plausível supor-se que os recursos endereçados à bolsa-universidade e a outros programas do tipo, se injetados nos *campi* das universidades públicas, poderiam reverter-se em uma ampliação considerável de vagas, permitindo que um contingente maior de jovens fizesse jus a uma formação de melhor qualidade, algo que a universidade pública, não obstante suas crônicas imperfeições históricas e trágicas dificuldades atuais, tem sido capaz de garantir. Ao final e ao cabo, estar-se-ia, agora sim, promovendo o aprofundamento da autêntica democratização do espaço universitário.

O governo Lula vem reafirmar, então, que, muito mais do que economizar o suado dinheiro público, o que está em pauta é a absoluta determinação de privatizar, comercializar a universidade, de ponta a ponta.

Assim, enquanto cuida-se de reforçar o caixa das faculdades privadas, a crescente penúria orçamentária reduz drasticamente a disponibilidade de bolsas (sim, de bolsas!) de estudo e pesquisa para os alunos das universidades públicas, as quais, outrossim, sob o peso da insuficiência aguda de recursos, passam a prostituir-se no comércio de cursos e serviços de toda ordem, além do que, ainda vêem-se constrangidas a suportar uma campanha sem trégua de desprestígio moral aos olhos da sociedade.

Ainda mais, correndo solto no campo dos favorecimentos oficiais, o moderno ensino superior privado, via de regra, dedica-se ao ensino, melhor dizendo, ao ensino *menor*, voltado à certificação rapidamente concedida através de cursos concebidos em nome do mercado, a estudantes jogados na arena da competição embrutecedora pela melhoria de um falacioso potencial de *empregabilidade*. Sem pesquisa, sem organização de classe, sem debate acadêmico-político, resta aos clientes, um pacote instrucional pronto-para-consumo, embutido em uma elaborada peça de *marketing* que exalta a imagem da empresa prestadora de tais serviços.

Assim, ao que tudo indica, caminhamos para uma sociedade brasileira sem universidades dignas dessa denominação.

Urge, todavia, dizer ainda uma palavra sobre o programa, cujo anúncio motivou o presente artigo, pois, como se não bastasse o fato de favorecer o mercado do ensino superior, o programa bolsa-universidade exibe uma deformidade "extra", capaz de levar ao delírio os neoliberais de todas as cepas.

Ora, ao contrário dos demais programas, que prevêem posterior reembolso, aqui estipula-se o serviço comunitário em escolas públicas, como forma de pagamento. Trocando em miúdos, tal serviço, segundo se noticia, redunda em que, *apoiados por seus professores, os alunos devem ser aproveitados na grade curricular, ensinando, justamente, as matérias que trabalham nas suas faculdades.*

Assim, os beneficiários da bolsa-universidade estarão, involuntariamente, contribuindo para o agravamento do desemprego em seu próprio campo de trabalho, substituindo nas escolas públicas, professores condignamente contratados, além de, em tese, plenamente capacitados para o mister de ensinar!

Suzana Vasconcelos é professora do Centro de Educação e Diretora Adjunta do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário - IMO, da Universidade Estadual do Ceará. Sitio digital: www.imonet.hpg.com.br

"1, 2, 3, 4, 5, MIL, OU PÁRA A REFO

Mais de 20 mil trabalhadores tomam Brasília contra a reforma da Previdência

MANIFESTAÇÃO FOI O PRIMEIRO GRANDE ATO DE PROTESTO CONTRA A POLÍTICA DO GOVERNO LULA E COLOCOU NUM NOVO PATAMAR A LUTA CONTRA A REFORMA

FOTOS MAURÍCIO SABINO

ROGÉRIO MARZOLA,
diretor da Fasubra

Cerca de 25 mil trabalhadores tomaram a Esplanada dos Ministérios, em Brasília, ao longo do dia 11 de junho, protestando contra a reforma da Previdência proposta pelo governo.

Foram fundamentalmente servidores públicos, federais, estaduais, municipais e aposentados, mas também trabalhadores da iniciativa privada, como metalúrgicos.

Num clima de radicalização e revolta contra a reforma encaminhada por Lula, muitos manifestantes externavam sua indignação com o que consideravam uma traição da direção do PT.

Após uma grande concentração na Catedral, os manifestantes tomaram as 6 faixas da via que atravessa a Esplanada, e mais boa parte do gramado, se dirigindo ao Ministério da Previdência, passando pelo Palácio do Planalto e finalizando o ato diante do Congresso, onde ocorreram a maioria das intervenções das entidades, parlamentares e partidos. ■

UM ATO CONTRA A REFORMA E PELA RETIRADA DA PEC 40

"Ô Berzoini, preste atenção, essa reforma é privatização"

A passeata desde seu início foi marcada por um tom de franca oposição à reforma, com os manifestantes gritando "Ô Berzoini, preste atenção, essa reforma é privatização". A manifestação adquiriu o caráter anti-reforma e pela retirada da PEC 40, apesar e contra a maioria das direção da CUT e da CNTE, que defendem participar do processo de reformas, apresentando emendas. Estas direções apostam numa atuação que prioriza a negociação no Congresso Nacional e com o governo, ao invés de centrar na luta e num calendário que dê seqüência a ela, como o próprio dia 11 demonstrou ser possível.

Mas, a massa de manifestantes presente em Brasília demonstrou o caminho correto a seguir e forte disposição de construir a luta para impedir a reforma.

As palavras de ordem, adesivos e faixas, até mesmo cartazes feitos em casa pelos próprios manifestantes, apontavam na linha de combater o Projeto de Emenda Constitucional da reforma da previdência, que é, em sua totalidade, estruturado para atender os interesses dos banqueiros e as exigências do FMI.

Parlamentares e sindicalistas contrários à reforma são ovacionados,

Os sindicalistas e parlamentares que estão construindo a mobilização e são pela retirada da PEC foram muito aplaudidos. Especialmente os radicais ameaçados de expulsão pelo PT, como Luciana Genro, Babá e João Fontes. A senadora Heloísa Helena, então, foi ovacionada, ao dizer que "*a reforma só serve aos gigolôs do FMI*" .

O presidente do **PSTU**, Zé Maria, também foi muito aplaudido ao defender a retirada do projeto do Congresso e dizer que não é possível emendar essa reforma do FMI.

já os pró-reforma, vaiados sem piedade

Porém, o setor que está atuando a favor do Governo e defendendo as reformas foi hostilizado pela massa de manifestantes. Luis Marinho, recém eleito presidente da CUT, foi tão vaiado pelo conjunto, que não conseguiu se fazer ouvir e teve que encerrar seu discurso em menos de 2 minutos. Ele ainda ensaiou "*Não venho como amigo do Lula*", em seguida se confrontou com os manifestantes "*Não estou entendendo a posição desses companheiros*". No final, sem conseguir colocar a posição oficial da CUT em defesa de emendas "para melhorar" a reforma, apelou e saiu conclamando que "*os companheiros do PSTU parem com esse comportamento porque isso não ajuda a classe trabalhadora*" , na tentativa de fazer colar e ecoar na mídia de que as vaias eram essencialmente dos militantes do **PSTU**, quando, na verdade, mais de 80% do ato o estava vaiando sem parar.

Nelson Pellegrino (PT-BA), líder do governo no Congresso, foi outro tremendamente vaiado e hostilizado. Manifestantes, muitos, inclusive, petistas de base, gritavam "traidor", "pelego". Inácio Arruda (PC do B-CE), que votou a favor da reforma na Comissão de Constituição e Justiça, agilizando o trabalho para o governo no Congresso, também foi vaiado sem dó.

O PCdoB também tentou responsabilizar o PSTU pelas vaias. Copiando Luís Marinho, buscou taxar os que estavam vaiando como "uns poucos militantes do PSTU", quando a revolta e as vaias eram da grande massa presente no ato, toda ela indignada com o governo e seus representantes no Parlamento e dentro das entidades sindicais.

REFORMA OU PARAMOS O BRASIL”

Luta vai continuar com novos atos e a construção da greve

Este ato demonstrou o caminho a ser seguido para barrar essa reforma. Os manifestantes que estiveram presentes nele, voltam para seus estados com a firmeza gerada pelo êxito do ato, e a disposição necessária para a construção de novas iniciativas políticas: manifestações nos estados, novos atos nacionais, campanha junto à população, paralisações e outras medidas que visem o fortalecimento de nossa luta e a deflagração de uma Greve Nacional contra a reforma da Previdência.

Os parlamentares que continuam aliados com este projeto irão dormir com uma preocupação a mais. Eram inúmeros os cartazes que estampavam dizeres como “estes deputados traíram o povo e votaram na reforma da Previdência”, com o espaço para a foto em branco, só aguardando a traição para a reprodução e colagem em todos os postes deste país, de quem preferiu trocar os trabalhadores pelos banqueiros internacionais.

Temos assistido na França fortes greves no setor público, que têm sacudido o país e marcado o repúdio contra a reforma da previdência.

No Brasil, a partir deste ato, foi estabelecida uma nova dimensão para esta luta, que tende a se alastrar pelos estados, unificando cada vez mais os trabalhadores do setor público e privado.

A unidade das três esferas do serviço público, a campanha junto à população e o apoio ativo dos trabalhadores do setor privado são decisivos nessa luta, que entrou num novo patamar, depois deste grande e vitorioso ato realizado em Brasília.

No final de semana de 14 de junho, a Plenária Nacional dos Servidores Federais estará dando seqüência ao debate da situação nacional e do calendário de lutas, onde se definirão os próximos passos que darão continuidade à essa grande mobilização, no rumo da construção da Greve Nacional.

FORTE PRESENÇA DO PSTU

O PSTU atuou com firmeza para construir as caravanas nos estados e teve forte presença em Brasília. Suas bandeiras tremulavam no ato e o boletim do partido contra a reforma e em defesa de que a esquerda socialista rompa com o governo, com o PT e una-se num novo partido, foi muito bem recebido.

O Partido teve também uma banca no ato e vendeu o jornal Opinião Socialista para centenas de manifestantes.

É guerra contra a reforma de Alckmin

GEGÊ,
da Executiva da Apeoesp

Continua a mobilização dos professores da rede estadual de ensino de São Paulo contra a reforma apresentada pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB). Os servidores da Educação não se intimidaram com a repressão violenta da Polícia Militar e, junto com os trabalhadores da Saúde, impediram a primeira votação do projeto que quer reduzir os salários do funcionalismo estadual.

Em 20 de maio, o governador enviou à Assembléia Legislativa um projeto de lei que cria uma contribuição previdenciária de 5% para todos os servidores estaduais. Esse percentual soma-se aos 6% que já são descontados para o IPESP (Instituto de Previdência) e aos 2% para o IAMSPE (plano de saúde), totalizando 13% de descontos. Isso, sem nenhum reajuste salarial. Ou seja: na prática, o governo de São Paulo quer reduzir o salário dos servidores.

Diante disso, os professores iniciaram uma vigília permanente em frente à Assembléia. No dia 10 de junho, data prevista para que os deputados votassem o projeto, os servidores da saúde realizaram uma greve de 24 horas e somaram-se à mobilização. As centenas de manifestantes ocuparam o plenário e conseguiram impedir a votação. Mas foram duramente reprimidos pela polícia militar e várias pessoas ficaram feridas.

Até o fechamento desta edição (11 de junho), o governo não havia conseguido colocar o projeto em votação. Os professores continuavam a vigília em frente à Assembléia Legislativa e os servidores da Saúde permaneciam mobilizados, com indicativo de greve por tempo indeterminado para 22 de agosto.

Cabe lembrar que o projeto de Alckmin está diretamente ligado à proposta de reforma de Lula, que ataca a aposentadoria especial dos professores e estabelece a Previdência complementar para enriquecer os banqueiros. A Apeoesp enviou 20 ônibus a Brasília para participar da marcha contra a reforma da Previdência. Da mesma forma, em São Paulo, junto com os demais servidores estaduais, os professores estão firmes na luta.

Aécio aprofunda reforma do FMI

CACAU,
de Belo Horizonte (MG)

O governo Aécio Neves (PSDB), seguindo os passos do governo federal, apresentou o seu projeto de reforma da Previdência que, se aprovado, vai significar um ataque duríssimo aos servidores mineiros. Entre as propostas estão taxar os servidores inativos, quebrar a paridade de vencimentos entre aposentados e pessoal da ativa, reformar o IPSEMG (Instituto de Previdência dos Servidores), privatizar o serviço de saúde e impor uma idade mínima para aposentadoria – 55 e 60 anos – para mulheres e homens, respectivamente.

O governo tucano também pretende instituir uma avaliação de desempenho que pode levar à exoneração do servidor. Ainda por cima, acaba com o regime jurídico único, impondo a contratação somente pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), acaba com o Estatuto do Servidor e suspende o concurso público, que já tem milhares de aprovados à espera da posse.

O funcionalismo público está em luta contra essa reforma. Na vanguarda estão os 230 mil profissionais da Educação estadual. A categoria vem realizando fortes paralisações por tempo determinado. A última foi nos dias 10 e 12 de junho, coincidindo com a ida da caravana a Brasília contra a reforma da Previdência.

A próxima assembléia será no dia 17 e pode votar a greve por tempo indeterminado. Existe disposição de luta entre os trabalhadores – a última assembléia contou com sete mil –, mas a direção do Sindicato, vinculada à *Articulação*, não aposta na mobilização para derrotar o projeto tucano e tem negado a palavra para os membros da oposição nas assembléias. Os dirigentes não querem vincular a luta contra a reforma de Aécio às mobilizações contra a reforma de Lula. Aliás, ficaram em uma saia justa: Lula deu apoio a Aécio, que, de imediato, orientará a bancada tucana a votar a favor da reforma da Previdência no Congresso Nacional e quer o apoio do bloco PT/PC do B na Assembléia Legislativa, para sua reforma.

RESOLUÇÕES COLOCAM INDEPENDÊNCIA DA CUT EM XEQUE

UM CLIMA DE POLARIZAÇÃO E DISPUTA MARCOU O 8º CONGRESSO NACIONAL DA CUT, REALIZADO DE 3 A 7 DE JUNHO, NO CENTRO DE CONVENÇÕES DO ANHEMBI, EM SÃO PAULO, QUE REUNIU 2.750 DELEGADOS SINDICAIS DE TODO O PAÍS

Foto Manoel Pereira

ANA CRISTINA SILVA,
de São José dos Campos (SP)

Já em sua abertura, mesmo sem o apoio da direção da CUT, os servidores públicos realizaram um ato contra a reforma da Previdência, reunindo centenas de manifestantes, abrindo um dos principais debates do congresso. Depois do ato, os servidores, apoiados por delegados e sindicalistas de outras categorias, realizaram uma passeata até o plenário, onde vergonhosamente foram vaiados por delegados da *Articulação*.

A presença do ministro Ricardo Berzoini representando o governo na mesa de abertura soou como uma provocação aos delegados dos sindicatos de servidores públicos e demais delegados, que estavam no congresso para lutar contra a reforma da Previdência e defender uma CUT classista, de luta e independente do governo.

A prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, o ministro da Previdência Ricardo Berzoini, o ministro da Reforma Agrária, Miguel Rosseto, e o presidente do PT, José Genoino, causaram indignação no plenário e foram recebidos com muitas vaias, sequer conseguindo falar.

Várias palavras de ordem foram entoadas, como "Eu, eu, eu, Stalin já morreu, só ainda não sabem Genoino e Zé Dirceu" e "1, 2, 3, 4, 5 mil...ou param esta reforma ou paramos o Brasil".

No dia seguinte, a festa preparada para receber Lula teve um gosto amargo. O ex-presidente da Central João Felício tentou acalmar os ânimos e garantir apenas aplausos a Lula, pedindo que fosse recebido com "carinho". Mas, ao reafirmar que pretende fazer as reformas doa a quem doer, o presidente Lula foi vaiado por uma parte do Congresso, que gritava "Lula, tenha decência, não privatize a Previdência".

ARTICULAÇÃO ABANDONA *BANDEIRAS* HISTÓRICAS

A partir daí, com o início dos debates na tarde do dia 4, o que se viu foi o abandono de bandeiras históricas do movimento sindical, com a manutenção do texto-base da *Articulação*.

Sem argumentos para uma discussão política séria, a *Articulação* seguiu, ora tentando abafar a fala dos delegados de esquerda com apitaços, ora reafirmando na retórica a independência da CUT e o seu perfil de luta, aprovando, no entanto, políticas de alinhamento ao governo e abandono da luta.

A ruptura com o FMI e o não pagamento da Dívida Externa, que a CUT sempre defendeu, foram retiradas das resoluções aprovadas. Para espanto de muitos, a emenda do **MTS** que propunha o apoio as ocupações do Movimento dos Sem Terra, foi rejeitada com o incrível argumento de que existem outros movimentos e sindicatos que também realizam ocupações. Quando o companheiro Didi propôs retirar a menção ao MST e aprovar a defesa das ocupações, ficou claro que o objetivo era retirar das resoluções do Concut as ocupações como método de luta pela Reforma Agrária.

Na discussão sobre a Alca, os delegados da articulação rejeitaram exigir do governo o plebiscito oficial. Sobre a emenda que propunha a ruptura das negociações, esta foi considerada um mero chavão pelo defensor do texto base e rejeitada.

A reforma da Previdência, um dos principais debates e divisores de água deste congresso, também foi aprovada, deixando claro o rumo que a CUT está seguindo de se transformar num braço sindical do governo Lula.

Para isso, contou com a colaboração da CSD e CSC, que fizeram um papel nefasto ao dividir o bloco que propunha a retirada do projeto.

Felício, que também é professor, teve a cara-de-pau de dizer que era a favor da reforma porque "o papel da central é a negociação e a CUT precisa ser o elo entre o governo e os trabalhadores".

Para justificar sua postura conciliadora, a CSC disse que discordava de pontos da reforma, mas que a retirada do projeto poderia levar o "servidor público para o gueto" e que era necessário buscar "alterar o projeto por dentro".

A emenda proposta pelo ***Unir a Esquerda*** e *Fortalecer a CUT* propunha a revogação da Emenda Constitucional nº 20 e o arquivamento da PEC 40, além de garantir a mobilização dos trabalhadores para exigir do governo a ampliação de direitos.

MTS E O BLOCO UNIR A ESQUERDA DA CUT MARCARAM POSIÇÃO NO CONCUT

O **MTS** e o bloco ***Unir a Esquerda da CUT*** discutiram em plenário várias emendas.

Cyro Garcia defendeu "Esse governo não é nosso" e contou com o apoio na votação de setores do *Fortalecer a CUT*. "Fora os ministros burgueses do governo Lula", foi defendida por Júnia Gouveia ..

"Pela retirada da CUT do CDES", defendida por Vera Guasso, também teve grande aceitação. *Mancha*, presidente do sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, defendeu que o Mercosul não é alternativa à Alca e Agnaldo Fernandes, da Fasubra, defendeu a ruptura com o FMI e o não pagamento da dívida externa.

Defendendo a independência e autonomia da CUT frente ao governo, Dirceu Travesso conseguiu um silêncio total do plenário lembrando que Marinho não havia sido indicado pelo Congresso, nem mesmo surgiu de qualquer debate na base da Articulação. Foi uma indicação do presidente Lula.

UNIR A ESQUERDA E FORTALECER A CUT FORMAM BLOCO DE OPOSIÇÃO

Contra toda essa política conciliadora da *Articulação*, foi formado um bloco de oposição pelo "Unir a Esquerda na CUT" e "Fortalecer a CUT", com Jorge Luis Martins, o Jorginho, como presidente. A Chapa 2 recebeu 661 votos (**25,3%**) , ficando com 6 vagas na Executiva e 2 na suplência.

Já a Chapa 1, formada pela Articulação Sindical, a Corrente Sindical Classista, a CUT Socialista e Democrática, a Tendência Marxista, a Unidade Sindical e Sindicalismo Socialista Brasileiro (PSB), recebeu 1950 votos (**74,6% dos votos válidos**). Com Marinho como presidente, a Chapa conseguiu 19 membros efetivos na Executiva e 5 suplentes. Votaram 2.631 delegados. Foram contabilizados 5 votos em branco e 15 nulos ■

Foto Alexandre Leme

Ato dos servidores contra a reforma da Previdência, na abertura do Concut

As consequências da vitória do bloco governista

FOTO MANOEL PEREIRA

AMÉRICO GOMES,
de São Paulo

Como já era previsto, o 8º Concut esteve cruzado pelo fato de que o PT, partido majoritário na classe trabalhadora, governa o Brasil.

A *Articulação Sindical* tinha uma única tarefa neste congresso, que pode ser resumida no seguinte: a central sindical mais importante do país, que foi construída na luta dos trabalhadores, para defender e ampliar seus direitos, agora deve convencer os trabalhadores a abrir mão de suas conquistas.

A inevitável politização do congresso, refletia a postura de cada uma das organizações e correntes em relação ao governo Lula. A contradição do bloco governista, e suas diferentes matizes, se expressava a partir do seguinte: a reforma da Previdência, ponto mais importante do congresso, retirava direitos. O que fazer diante disto?

A CUT, que nasceu para defender os direitos dos trabalhadores, deveria fazer o óbvio, lutar contra a reforma. Mas, como disse um dos oradores da *Articulação "o problema é mais complexo"*. O problema é que, justo quando o partido majoritário da classe trabalhadora chega ao governo, decide governar com a burguesia e atender as exigências do FMI.

A estratégia com que a direção da Articulação entrou no congresso era clara: transformar a CUT num braço sindical do governo.

Enquanto exigia sacrifício dos funcionários públicos, agora justificado porque este é o *"nosso governo"*, retirava da central a histórica bandeira do Não pagamento da Dívida Externa.

Mas, se a direção da *Articulação* tinha uma estratégia clara a outra parte do bloco governista tinha que trabalhar com a contradição do seu próprio discurso. Por um lado, *"O governo do Lula é o nosso governo..."*, e por outro, *"é necessário lutar contra a reforma da Previdência..."*.

CRISES E CONTRADIÇÕES EM PRATICAMENTE TODAS AS CORRENTES

A defesa incondicional do governo não se fez sem crises e contradições.

Dentro da própria *Articulação Sindical* houve uma plenária muita tensa, na qual delegados advindos de setores do funcionalismo forçaram mudanças na proposta original da corrente sobre a reforma da previdência. Eles acabaram afirmando diferenças pontuais com a proposta do governo, preservando a essência dela: uma manobra enganosa com a sua própria bancada.

O Concut refletiu a contradição do discurso da maioria das correntes, expresso na gritante diferença entre o que se diz e o que se faz.

Neste sentido coube papéis lamentáveis à *Corrente Sindical Classista* e à *Democracia Socialista*.

Uma das mais duras intervenções contra a reforma da previdência foi de um representante da CSC, que, em seguida, cerrou fileiras com a chapa governista e dividiu a votação sobre a reforma, facilitando a aprovação da posição da *Articulação*.

A existência do governo Lula, coloca todas as organizações da classe trabalhadora à prova: diante da manutenção das reivindicações históricas dos trabalhadores ou da fidelidade ao governo, se estreitam todas as margens de manobra, mesmo num congresso. Esta margem fica ainda menor no terreno da luta concreta.

A ESQUERDA DA CUT DIANTE DE UM NOVO DESAFIO

Se o governo saiu vitorioso com a eleição de Marinho, não conseguiu seu segundo objetivo: excluir o **MTS** e o bloco "*Unir a esquerda da CUT*" da direção da Central.

Ao final, se expressou toda a tensão que atravessou o congresso e seguirá na luta de classes. De um lado, Marinho dizia: "*votadas as resoluções, todos terão que aplicá-las*" e, de outro, Zé Maria afirmava: "*a luta da classe trabalhadora não abandonará as bandeiras que este congresso se recusou a votar*".

Marinho tentará impor à CUT a mesma "disciplina política" que Dirceu/Genoíno estão impondo ao PT.

A esquerda da central estará diante de um enorme desafio, que nenhuma das correntes poderá cumprir de forma isolada: a defesa dos interesses históricos e imediatos dos trabalhadores terá que ser construída diretamente no movimento.

Neste sentido, recai sobre os companheiros do "*Fortalecer a CUT*" uma enorme responsabilidade política. Pois, não seria demais dizer, que a luta pela unidade da esquerda foi uma batalha incansável dos delegados do" *Unir a esquerda na CUT*".

A constituição da chapa 2 foi uma grande vitória. Mas, ela não se deu com a clareza política que em nosso entendimento seria necessária para enfrentar os desafios que nos esperam.

Se a defesa conjunta da retirada da PEC-40 criou as bases políticas para a chapa, a construção de uma intervenção comum na luta de classes será decisiva.

A responsabilidade dos companheiros do "*Fortalecer a CUT*" nisto é grande, pois, em seu interior também se refletiram as contradições deste congresso, por isso resistiram até o último momento a formar a chapa conjunta.

Também o **MTS**, depois da unidade construída com os companheiros que formaram o "*Unir a esquerda da CUT*", não seguirá sendo o mesmo. Novas tarefas necessitam de novos instrumentos.

JUVENTUDE

Movimento RUPTURA Socialista
MRS

Movimento cresce em São Paulo

VALÉRIO PAIVA,
de Bauru (SP)

No dia 31 de abril, o **Movimento Ruptura Socialista (MRS)** realizou no auditório da Fatec seu primeiro encontro em São Paulo. Cerca de 270 pessoas, vindas de diversos bairros da capital e interior paulista, reuniram-se para debater os principais problemas enfrentados pela juventude e propostas de mobilização.

O encontro começou com uma exposição sobre conjuntura internacional e juventude, feita por Dirceu Travesso, da CUT-SP, e Ibraim, da União da Juventude Árabe para a América Latina. Em seguida, Zé Maria, candidato do PSTU à Presidência em 2002, falou sobre o governo Lula e as lutas sociais.

Houve apresentações culturais, como a do grupo de teatro *Essenciarte*, com a peça "*Amor e ódio*", e a do grupo de Hip-Hop *B-Boys Brakers*.

Depois os participantes formaram grupos de discussão, nos quais foram aprovadas, entre outras resoluções: realizar um curso sobre a Alca e impulsionar a campanha pelo plebiscito oficial; ajudar na fundação de grêmios e centros acadêmicos; realizar em 28 de junho o Fórum de Grêmios de São Paulo; retomar a campanha do passe-livre e organizar outros encontros.

O Encontro reuniu muitos estudantes que tomaram contato com o **MRS** nas escolas e faculdades, como Fábio Luís de Lucas: "*Conheci o **MRS** num debate sobre a guerra. Me interessa a força de mobilização, de resistência contra a opressão. Me atrai a movimentação contra a Alca e a guerra. O caminho é esse, unindo a juventude, indo à luta, sem ficar só em debates*".

Além da discussão internacional, o **MRS** também propõe a organização da juventude para lutas específicas e para somar às mobilizações dos trabalhadores. Como afirma Jorge de Oliveira Silva, o *Jorjão*, militante do **PSTU** na Zona Leste, "*temos no **MRS** uma grande parcela da juventude que é trabalhadora, já parou de estudar e está de fora da universidade. Procuramos agir nos bairros, comunidades e movimento popular, lutando contra esse sistema que oprime a juventude e os trabalhadores*".

Em Goiás, vitória no DCE da Federal

A chapa "Independência e Luta", composta pelo MRS, independentes e CST, ganhou as eleições do DCE da Universidade Federal de Goiás (UFG). A vitória é resultado da luta travada pelos estudantes nos últimos dois anos contra a antiga direção da entidade, burocrática e imobilista.

Mesmo sem o apoio do antigo DCE, em 2001 os estudantes organizaram-se através dos Centros Acadêmicos e ajudaram a construir a greve das federais. Também mobilizaram-se contra o aumento abusivo do ticket do RU e, já em 2002, realizaram uma calourada alternativa. Esses companheiros montaram a chapa vitoriosa que, além de lutar em defesa da universidade e da assistência estudantil, se posicionou claramente contra a Alca e os acordos feitos pelo governo com o FMI. Nas eleições, a "Independência e Luta" teve 1.701 votos. A chapa da UJS obteve 1.323 votos e a do PT, 1.039.

METALÚRGICOS SJC

Pressão conquista PLR na GM de São José dos Campos

FOTO MANOEL PEREIRA

ASSEMBLÉIA dos trabalhadores da General Motors

JOCILENE CHAGAS,
de São José dos Campos (SP)

Os trabalhadores do 2º turno da General Motors e da Powertrain de São José dos Campos (SP) aprovaram a proposta de acordo, negociada entre o Sindicato dos Metalúrgicos e a GM, para pagamento da PLR.

O acordo prevê o pagamento da 1ª parcela da PLR (Participação nos Lucros e Resultados) no valor de R$ 1.260 dia 16/06.

No final do mês passado, a GM chegou a suspender a negociação de PLR. A empresa alegou que o mercado está passando por uma crise e que não era possível garantir o pagamento da PLR no dia 16, como havia sido combinado com o Sindicato para a suspensão da greve de abril.

Os trabalhadores decidiram então, há duas semanas, em assembléia, decretar estado de greve. Na semana passada, a GM voltou a negociar com o Sindicato e propôs uma antecipação de R$ 900. Essa proposta foi rejeitada pelo Sindicato. No dia 9 de junho, houve uma nova negociação e chegou-se ao valor de R$ 1.260.

Para o presidente do Sindicato, Luiz Carlos Prates, o *Mancha*, o acordo só foi possível devido à pressão dos trabalhadores.

METALÚRGICOS VOTAM CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Os metalúrgicos da GM e da Powertrain também decidiram em assembléia lutar contra a reforma da Previdência, proposta pelo governo Lula. É a primeira categoria da iniciativa privada a decidir sobre o tema. Esta decisão contraria a resolução do Congresso Nacional da CUT, encerrado no dia 7, que aprovou a reforma. ■

METALÚRGICOS ABC

Oposição sindical pára a Volks e conquista PLR de R$ 3.212

EMMANUEL OLIVEIRA,
de São Bernardo do Campo (SP)

Sob a direção da oposição sindical, os trabalhadores da Volkswagen do ABC pararam a produção por duas horas. A reivindicação era o pagamento da Participação dos Lucros e Resultados (PLR). Revoltados com a demora nas negociações entre Sindicato, coordenação da Comissão de Fábrica e empresa, os funcionários das alas 2, 3, 4, parte dos da 13 e 21 resolveram ir à luta para garantir o PLR.

Conta o representante da ala 21, Francisco de Souza (Tico): "*Logo cedo, na entrada da ala 3, que dá acesso à usinagem e montagem da carroceria, colocamos a caixa de som e reunimos os trabalhadores para fazer uma assembléia sobre a demora nas negociações da PLR. Do outro lado, já estavam os companheiros da alas 21, sob o comando do representante da ala, Sinval (Sassá). Nesta hora, mais de 1500 trabalhadores já haviam parado*".

Foi colocado em votação se a manifestação era um protesto ou uma paralisação de duas horas. A decisão foi pela paralisação. Os representantes da *Articulação Sindical*, na assembléia, votaram contra a paralisação. "*A direção do sindicato é chapa branca do governo e parceira da Volks. Não mobiliza os trabalhadores. Nós sabemos que, para conquistar, tem que ter mobilização*", disse *Sassá*.

Um dia após a paralisação, a empresa convocou uma reunião com a Comissão de Fábrica e o Sindicato e ofereceu R$ 3.212,00 de PLR. Sendo que a primeira parcela, de 800 reais,será paga no dia 13 de junho. Os trabalhadores também conquistaram a incorporação da inflação do ano de 2002, 14,74%. ■

BELÉM (PA)

Rodoviários fazem greve vitoriosa

ABEL RIBEIRO,
de Belém (PA)

Os trabalhadores dos transportes urbanos de Belém e Ananindeua realizaram entre os dias 13 e 17 de maio uma poderosa greve por reposição das perdas salariais e aumento do vale-refeição.

Depois de anos sem grandes lutas, a categoria protagonizou uma das maiores greves dos últimos 10 anos e se enfrentou duramente com os patrões.

O movimento se radicalizou depois do assassinato de um dos diretores do sindicato durante um piquete de greve. Em uma das manifestações, o piquete se enfrentou com a polícia e garantiu quase 100% de adesão da categoria à greve, mesmo tendo a mídia e os patrões contra o movimento. A greve só foi suspensa após o TRT dar ganho de causa para os rodoviários obrigando os empresários a repor integralmente as perdas acumuladas no período, o aumento do vale-alimentação e o pagamento dos 4 dias paralisados. Os patrões recorreram ao TST e perderam.

A prefeitura de Belém, do PT, também questionada durante a greve, fingiu-se de morta para não se enfrentar com os empresários, deixando os trabalhadores ainda mais indignados. ■

Operários da Construção Civil derrotam PCdoB em convenção e elegem nova direção

No dia 20 de maio foi realizada a Convenção Cutista para formação da chapa da nova diretoria do Sindicato da Construção Civil de Belém e Ananindeua, no Pará.

FOTO ALEXANDRE LEME

ATENÁGORAS Lopes

Duas chapas concorreram à convenção. A chapa 1, encabeçada por Goiano, do PCdoB, e a chapa 2, liderada pelo companheiro Atenágoras Lopes, do **PSTU**. Um amplo processo de discussão na base resultou em uma Convenção com grande participação da categoria: mais de 600 companheiros compareceram. A chapa 2 ganhou a Convenção com 58% dos votos, contra 42% obtido pela chapa 1.

Esse resultado expressa o descontentamento dos trabalhadores com a atual direção majoritária PC do B, que não tem apresentado uma proposta de organização e luta da categoria contra os anos de arrocho salarial impostos pela patronal.

A construção de uma nova direção, de luta, combativa e independente dos patrões expressa a disposição de luta dos trabalhadores que não agüentam mais a sangria imposta pelos empresários. ■

SERVIDORES MUNICIPAIS LUTAM POR REAJUSTES E MANUTENÇÃO DOS DIREITOS

AS PREFEITURAS, PRINCIPALMENTE AS DIRIGIDAS PELO PT, ESTÃO IMPLEMENTANDO COM TODA A FORÇA OS DITAMES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF), RECUSANDO QUALQUER REAJUSTE SALARIAL E PROPONDO A RETIRADA DE DIREITOS. MAS OS SERVIDORES ESTÃO MOBILIZADOS E ENFRENTAM A INTRANSIGÊNCIA COM GREVES E MOBILIZAÇÕES

BELO HORIZONTE (MG)

Mobilização dos professores faz prefeitura recuar

Os trabalhadores em educação da Prefeitura de Belo Horizonte, cuja subsede é dirigida pelo **PSTU** e esquerda do PT, alcançaram uma importante vitória. Após várias paralisações parciais, assembléias massivas (com cerca de três mil participantes) e uma greve de cinco dias, a administração petista foi obrigada a recuar de seu projeto de avaliação de desempenho, cujo propósito era quebrar a estabilidade dos servidores.

A greve aconteceu exatamente nos dias previstos para a avaliação: de 19 a 23 de maio. Inviabilizou a sua realização e obrigou o governo a encaminhar um novo projeto, que retira qualquer caráter punitivo ou que justifique a demissão de servidores.

Para Adriana Mansur, militante do **PSTU** e diretora do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação em Belo Horizonte, "*depois da greve de 2001, que durou 60 dias e terminou sem um acordo econômico, voltamos à cena e demonstramos que com mobilização e direção firme é possível derrotar esses projetos. Mas nosso debate político vai além*". Nas assembléias dos servidores foi discutida a reforma da Previdência e aprovada uma moção de apoio à senadora Heloísa Helena. O sindicato também publicou a declaração de Zé Maria questionando o apoio da direção da CUT à reforma. **(CACAU)**

BLUMENAU (SC)

Municipais enfrentam intransigência petista

Os servidores públicos municipais de Blumenau apresentaram à prefeitura sua pauta de reivindicações: reposição salarial de 19,94 % e pagamento de auxílio-alimentação, entre outras. O prefeito Décio Nery de Lima (PT) negou-se a atender. Em assembléia com mais de dois mil servidores, a categoria decidiu entrar em greve a partir de 26 de maio. A decisão foi contra a diretoria do sindicato (SINTRASEB). A paralisação mostra força na Educação e na Saúde, com mais de 80% dos trabalhadores parados.

O prefeito propôs o pagamento de 100 reais em vale-refeição na forma de abono. A proposta indecente foi rechaçada em assembléia por mais de três mil servidores que votaram – indignados com a prefeitura – pela continuidade da greve.

Em retaliação, o prefeito dissolveu a comissão de negociação e encerrou as discussões, decretando situação de emergência e convocando todos os servidores a retornarem aos postos de trabalho a partir de 9 de junho. Caso isso não ocorresse, afirmou que tomaria as seguintes medidas: corte do ponto, desconto dos dias parados, demissão imediata com substituição de todos os grevistas por terceirizados etc.

A greve, mesmo com todas as ameaças, continua com força e resiste à pressão da prefeitura. Os servidores estão recebendo apoio do Fórum de Movimentos Sociais, de outros sindicatos da cidade, da igreja católica e da população. **(DARI DIEHL)**

CAMPINAS (SP)

FOTO SINDMUNCPS

Servidores no Paço Municipal de Campinas

PT não negocia e chama a PM contra trabalhadores

A prefeita de Campinas, Izalene Tiene (PT), continua com a proposta de 0%. Colocou na TV, rádios e jornais, ameaças de corte de salários e também solicitou, pela terceira vez, que a PM contenha os piquetes no Paço Municipal. A paralisação, porém, continua forte e já completa um mês.

Na manhã de 10 de junho, o governo colocou um carro-de-som na frente do Paço Municipal e o chefe de gabinete da prefeita, Lauro Marcondes, incitou os trabalhadores a entrarem na marra. Muitos comissionados (cargos de confiança), assessores e secretários forçaram a entrada, o que resultou em mais agressões. Guardas municipais à paisana, armados, davam cobertura.

Em seguida, a CUT nacional reuniu-se com a prefeita e seu secretariado para tentar pôr fim à greve. Mas a única proposta foi um aumento de 20 reais no vale-alimentação, o que foi rejeitado por unanimidade na assembléia dos trabalhadores.

PC DO B DESAUTORIZA MILITANTES

O Diretório Municipal do PC do B desautorizou seus militantes a participar de ações que visem o desgaste da administração. O vereador Sérgio Benassi, único do partido, declarou: *"Não concordamos com a movimentação política que a greve tomou. Ou seja, o de ter o objetivo de desgastar a administração, nosso objetivo é viabilizar o PT, tanto na esfera municipal como na Federal"*.

Diante da intransigência e da repressão da prefeitura aos servidores, cujo sindicato é dirigido majoritariamente pelo PC do B, desautorizar a ida a atividades é querer que seus militantes e os trabalhadores concordem com arrocho e privatização do serviço público.

O PC do B está preocupado em evitar desgastes nas eleições de 2004. Deveria romper com o governo petista, abandonar seus cargos e exigir que Izalene rompa com a LRF e atenda às reivindicações. **(SÉRGIO DARWICH)**

GRANDE ABC (SP)

Servidores estão em greve

O município de **Mauá** está com os serviços públicos paralisados. Cansados da enrolação do prefeito Osvaldo Dias (PT), os servidores entraram em greve, por um reajuste de 62%. No dia 11, os trabalhadores da Empresa de Saneamento Básico foram em passeata até o Paço Municipal para se encontrar com os servidores da Educação e da Saúde. Chegando lá, arrombaram a porta que dá acesso à prefeitura e fizeram um arrastão para retirar os fura-greves. Para o servidor João Gilberto de Oliveira, o *Giba*, "*a tendência é continuar o movimento até o prefeito atender as reivindicações*".

Em **Santo André**, os trabalhadores da Guarda Municipal pararam três dias e conquistaram um aumento de quase 20% nos salários. Entretanto, o prefeito João Avamileno (PT) continua irredutível sobre os demais servidores e propõe 0% de reajuste salarial. Os servidores já realizaram diversas paralisações setoriais e tiraram um calendário de luta rumo à greve geral da categoria.

(EMMANUEL OLIVEIRA)

Dirigismo cultural: quem dirige o quê?

HÁ ALGUNS DIAS, CINEASTAS DE RENOME COBRARAM DO GOVERNO A RETIRADA DE TODA EXIGÊNCIA PARA QUE AS ESTATAIS DESSEM DINHEIRO PARA PROJETOS CULTURAIS. E CONSEGUIRAM! O GOVERNO RECUOU. MAS ISSO NÃO VAI RESOLVER O PROBLEMA DO DIRIGISMO CULTURAL

CECÍLIA TOLEDO,
de São Paulo (SP)

Além do dinheiro do patrocínio sair do bolso da população trabalhadora, porque gera isenção fiscal, o processo de transferência do financiamento da arte das mãos do Estado para a iniciativa privada está colocando a cultura brasileira nas mãos das multinacionais que dominam a economia. Frente ao acelerado processo de recolonização, as grandes corporações têm financiado uma parte importante dos projetos culturais, usando a cultura brasileira para atentar contra os interesses da própria população.

Por isso, quando se fala em toda liberdade em arte, é preciso perguntar: mas qual liberdade? A liberdade do capital financeiro internacional de pôr e dispor de nossa arte? Ainda se pode falar em uma "cultura brasileira"? Hoje ela está totalmente à mercê de um sistema imperialista de dominação, contra o qual os trabalhadores, em especial, os artistas, têm pouco poder de fogo.

Em *Marketing Cultural e Financiamento da Cultura*, Ana Carla Reis cita casos de multinacionais que já ocuparam a nossa cultura. A IBM lançou em 1983 o projeto *Encontro Marcado com a Arte*, que levava escritores às universidades para falar aos alunos. Ao mesmo tempo, começou a patrocinar projetos em teatro, dança e música, como o Balé Bolshoi, Jazz de Montreal e All Star Gala. Em 1997, montou um estúdio para transmitir Gilberto Gil cantando ao vivo pela internet. Em 1999 implementou o *Novo Canto*, no qual artistas renomados cantavam com um novo talento, associando a marca à inovação.

O BankBoston promove turnês de orquestras internacionais pelas praças de interesse do banco. A Fiat desde 1997 mantém o programa *Fiat para os Jovens*, reforçando a imagem de jovialidade da empresa e de seus produtos. Investe sobretudo em sessões de cinema nas escolas, com o sugestivo nome de *Retratos do Brasil*.

A Fundação Ford patrocina as artes e projetos educacionais, visando "*identificar-se com a comunidade*". A Shell está no país há 78 anos e há 50 atua na área cultural. "*Esse casamento com a atividade artística produz resultados incontestáveis. Não que a Shell dependa desse tipo de iniciativa para vender seus produtos, mas, como qualquer empresa, ela precisa ser bem vista, ter uma imagem simpática*". (João Madeira, Gerente de Comunicação da Shell, in op.cit.).

A Philips adota o marketing cultural para construir sua imagem e evitar que a concorrência o faça. Já nos anos 70, diante da pressão das indústrias japonesas no mercado de eletrônicos, começou a investir pesado no consumidor mais jovem. Em 1985, começou a patrocinar o grupo *Dire Straits*, de grande popularidade entre os adolescentes, e lançou o CD-player. No Brasil, patrocina artistas como Antonio Nóbrega e eventos como a *Paixão de Cristo*, de Nova Jerusalém (PE).

A privatização da telefonia trouxe a Telefonica, que só em 1999 investiu R$ 5 milhões em projetos culturais e em pouco tempo se tornou conhecida, patrocinando exposições de grande potencial de mídia, como Picasso e Barceló. Foi o caso também do Santander, que comprou o Banco Geral do Comércio, o Banco do Nordeste, o Meridional e 60% das ações do Banespa e em 2001 fundou o Santander Cultural.

Aí a cultura ajudou a viabilizar a apropriação de empresas estatais brasileiras, que deixou milhares de trabalhadores na rua e outros com salários miseráveis. Por ironia, essas mazelas advindas da privatização são as que impedem ainda mais o acesso da população trabalhadora à arte.

O idioma, os valores, as crenças, os comportamentos, tudo o que forma a essência distintiva de uma cultura, oferece margem de manobra à diferenciação dos produtos. Em seu livro, Ana Carla Fonseca cita o caso do restaurante brasileiro *Favela Chic*, em Paris, que causa furor com uma ambientação rica em contrastes brasileiros, mesclando representações religiosas e sociais com música ao vivo e pratos típicos.

O fator de diferenciação mais eficiente entre marcas é a emoção que cada produto gera no consumidor. E a cultura é inesgotável fonte geradora de emoção, empatia, identificação. "*Ao patrocinar apresentações folclóricas, editar exposições e catálogo de fotos ou associar seus valores aos da música, as empresas transpõem fronteiras de resistências, porque não lidam com a dimensão racional do consumidor e sim com sua experimentação e vivência de uma sintonia emocional*", diz Carla Fonseca.

O diretor de Comunicação da Odebrecht confirma: "*Temos absoluta consciência de que há um fenômeno de transferência de valores que o projeto cultural carrega para o seu patrocinador. Para as pessoas que vão assistir a um belo espetáculo ou que recebem um bonito livro aquilo significa prazer, cultura, uma certa alegria de fruir aquela beleza. Essa pessoa tende a transferir esse sentimento positivo para quem patrocinou e isso é imagem institucional que se constrói*".

Como quem põe o dinheiro, manda, não é difícil ver gerentes de empresas opinando e decidindo sobre arte, rejeitando temas controversos ou interferindo em cenas de peças, forrando o espaço de uma exposição com logotipos e veiculando longos comerciais antes de uma peça teatral ou filme. ■

DICAS

A partir desta edição, o Opinião Socialista publica uma seção de dicas culturais. Envie suas sugestões para opinião@pstu.org.br

FILME

Desmundo

ALAIN FRESNOT
CIRCUITO NACIONAL

DESMUNDO, quarto longa-metragem de Alain Fresnot, recria o romance homônimo de Ana Miranda, a consagrada autora de *Boca do Inferno*, e revela o Brasil em seus primeiros anos. Um país que nascia da ação do colonizador português, em conflito com índios e invasores franceses.

Para evitar que os colonizadores lusitanos só dispusessem de parceiras nativas, não-cristãs e gerassem filhos bastardos, a Coroa portuguesa enviou jovens órfãs ao Novo Mundo.

DESMUNDO acompanha a trajetória de uma menina que vira mulher, num país em processo de formação.

LIVRO

A Bomba

FRANK HARRIS
CONRAD EDITORA

MAIO DE 1886, manifestantes operários confrontam-se com a polícia nas ruas de Chicago. Em meio ao tumulto, uma explosão mata algumas pessoas e fere muitas outras. Ninguém sabe quem atirou a bomba. No entanto as autoridades se apressam em acusar cinco líderes anarquistas. O polêmico julgamento e a condenação à morte dos acusados causam revoltas em todo o mundo. Trabalhadores vão às ruas em repúdio à injustiça norte-americana, e o 1º de maio é declarado o Dia dos Trabalhadores.

Vinte e três anos depois, Frank Harris, lança 'A Bomba' como uma confissão: seria ele o autor do atentado de 1886. São tantos os detalhes, tamanho o realismo, que para muitos, o livro não seria apenas ficção.

PROFESSORES E CAMPONESES DESAFIAM ESTADO DE EMERGÊNCIA NO PERU

YURI FUJITA,
de São Paulo (SP)

Após impulsionar uma luta heróica em defesa de seus direitos e por reajuste salarial, a greve dos professores destampou a luta de cerca de 2 milhões de trabalhadores dos setores agrário, judiciário e saúde, contando ainda com o apoio de pais e estudantes de todo o país.

Apesar da recusa da CGTP (Central Sindical Peruana) os trabalhadores impuseram uma verdadeira paralisação nacional contra o governo Toledo e os planos do FMI para o país.

O governo reagiu apelando com medidas ditatoriais idênticas às adotadas pela ditadura de Fujimori, decretando Estado de Emergência no dia 27 de maio. *"A decisão de militarizar o país é uma resposta à absoluta incapacidade do governo de mudar o rumo de sua política econômica e sua decisão de se aferrar até o fim a um modelo econômico de submissão e entrega ao imperialismo"*, explica o PST peruano em sua nota.

Mesmo assim, o movimento não se rendeu e saiu às ruas imediatamente após o decreto, contabilizando 59 feridos e um estudante morto durante as mobilizações.

Rejeitado por 92% da população, o governo não caiu porque boa parte da direção do movimento impediu a generalização da luta. Amarrados no *Acordo de Governabilidade*, um enredo de pacto social formado por empresários, partidos do regime, governo e pelo dirigente da CGTP Eduardo Castillo, o *Acordo* foi a tábua de salvação de Toledo.

Neste momento, completando um mês de uma duríssima greve que colocou em cheque o governo, os professores da Rede Pública de Ensino vivem nestes últimos dias um impasse.

Uma evidente traição ao movimento está sendo montada pelo Sindicato de Professores (SUTEP), ao assinar um compromisso com o governo de acabar com a greve sem consultar a base da categoria. *"O único que temos de concreto é o mísero aumento de 100 soles (menos de U$ 30) oferecido inicialmente pelo governo e que já havia sido rechaçado pelas bases que decidiram continuar a greve (...). Inclusive o aumento continua não incluindo os aposentados e o setor administrativo. Neste ponto, a direção retrocedeu em sua própria exigência. (...) além disso, não se estabelece nenhum cronograma de negociações, no seu lugar só há uma declaração de vontade sujeita a 'disposição de recursos' (...)"*, argumenta uma das professoras em greve.

O impasse continua com o amplo repúdio do movimento à atual direção de SUTEP, mas com parte dos ativistas confusos e desorientados pela direção que defende suspender a greve.

Quando fechávamos esta edição os professores realizavam uma assembléia decisiva. ■

FOTO INDYMEDIA

Israel prende mais um dirigente da FPLP

Em plena reunião de Bush com o atual primeiro ministro Palestino, Abu Mazen, e com Sharon, as forças de ocupação sionista detiveram mais um dirigente da Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP). Demostrando uma vez mais a falácia de mais um "acordo de paz", cujo único objetivo é deter a Intifada, o exército de Israel segue com os assassinatos seletivos, atentando contra a vida de um dirigente do Hamas. Reproduzimos abaixo a declaração da frente de organizações palestinas em protesto pela prisão.

DECLARAÇÃO DAS FORÇAS NACIONALISTAS E ISLÂMICAS DA PALESTINA

Liberdade para Abdel Rahim Malouh

Numa quarta-feira, em 11 junho de 2003, o Sr. ***Abdel Rahim Malouh****, foi detido pelas forças militares de ocupação por um ano.* ***Malouh****, nosso irmão e camarada, é um líder político nacionalista que dedicou toda a sua vida à resistência contra a ocupação, lutando para libertar seu país, a Palestina, e seus irmãos e irmãs, o povo Palestino.*

Malouh*, foi eleito em 2001, secretário geral encarregado da* ***Frente Popular para a Liberação da Palestina (FPLP)****; foi membro do* ***Comitê Executivo da OLP*** *nos últimos 8 anos e participou de importantes decisões como membro do* ***Conselho Nacional Palestino (CNP)****. Malouh, também era membro das* ***Forças Nacionalistas e Islâmicas, (...)***

O Sr. ***Malouh*** *foi detido pelas forças militares de ocupação, que invadiram e atacaram sua residência em Ramallah e o acusaram de resistência à ocupação e de ser membro da* ***OLP*** *e da* ***FPLP****.*

Desde sua prisão, - como outros líderes políticos detidos em cadeias israelenses, tais como ***Marwan Bargouthi , Tayssir Khaled, Rakad Salem , Sheikh Hasan Yousef, Jamal Tawil, Abu Abbas*** *e muitos outros -.* ***Malouh.*** *foi tratado com desrespeito, de forma brutal e desumana, contrariando a* ***IV Convenção de Genebra****.*

Depois do lançamento do "plano de paz", do "mapa de estrada" (road map) e na véspera da cúpula política americana-israelense-Palestina, chamamos novamente todas Organizações de Direitos Humanos, as Nações Unidas, as Organizações Internacionais para que pressionem o governo israelense pela imediata libertação de ***Malouh*** *e de todos os prisioneiros políticos.; para que acabe imediatamente com a ocupação e com a política de assassinatos, cerco, sítio, matanças, demolições e toque de recolher.*

A pressão deve seguir para melhorar a situação de catástrofe humana que eles criaram para os Palestinos e permitir melhoria nas condições de vida para a nação Palestina. Além do mais, chamamos os líderes políticos e do mundo livre a exigir que qualquer acordo político deve incluir a liberação imediata dos prisioneiros políticos e todos detidos palestinos nas cadeias israelenses. Começando com nossas irmãs, os doentes, os prisioneiros idosos e incluindo todos e cada um deles.

As ***Forças Nacionalistas e Islâmicas*** *na Palestina agradecem seu apoio e todos seus esforços em prol da* ***Justiça, Liberdade, Paz*** *e estabilidade em nossa região, esperando os dias prósperos e pacíficos que virão.*

Glória para os Mártires Palestinos; recebam estes desejos os feridos; liberação imediata dos prisioneiros e longa vida à Palestina.

Junho de 2003.

CRESCEM MOBILIZAÇÕES NA EUROPA CONTRA RETIRADA DE DIREITOS

NA FRANÇA, TRABALHADORES ESTÃO EM PÉ DE GUERRA EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA E DOS SERVIÇOS PÚBLICOS. LUTA ESTÁ SE ESPALHANDO PARA OUTROS PAÍSES DA EUROPA

TEO NAVARRO,
do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (Espanha)

Depois das grandes mobilizações contra a guerra, a Europa é palco de uma onda de lutas operárias, que abarca vários países, em defesa das aposentadorias, do emprego e dos serviços públicos.

Uma ofensiva contra as conquistas operárias do pós-guerra...

Distintos governos europeus estão realizando uma dura ofensiva contra os trabalhadores, centrada no corte de direitos históricos que foram conquistados nos últimos cinqüenta anos. As chamadas contra-reformas da Previdência (França, Alemanha, Áustria e Itália) passando pelos severos cortes no auxílio-desemprego (Alemanha, Espanha) além de intensificarem as privatizações, avançam na retirada de direitos trabalhistas facilitando as demissões (Itália, Alemanha, Espanha).

...e uma forte resposta da classe trabalhadora

Mas a resposta não se fez esperar. Desde princípios do ano passado, as mobilizações se espalham como um rastilho de pólvora por toda a Europa. Além das greves gerais na Itália e Espanha no ano passado, agora foi a vez da Áustria deixar para trás anos de "paz social" e realizar a maior greve geral dos últimos 50 anos e uma manifestação de 500 mil contra o aumento do tempo mínimo de contribuição para a aposentadoria (de 40 para 45 anos).

França volta ao centro

O epicentro da atual onda de lutas é a França. Como em 95, o resultado das mobilizações tende a influenciar a resposta operária em outros países e a postura dos governos.

Os ataques de Chirac e do primeiro-ministro Zaffarin vão além da contra-reforma da Previdência, que aumenta o tempo de contribuição e habilita os fundos de pensão.

A aplicação da *Lei de Descentralização* pretende fragmentar os serviços públicos de responsabilidade do governo central, como Educação e Saúde, e também das empresas públicas de transporte, gás e eletricidade.

Diferente do Brasil, onde as multinacionais européias fizeram a festa nas privatizações, na França e na maioria da Europa, é o Estado que presta os serviços públicos. As grandes mobilizações e a onda de greves no ensino e nos transportes no início de junho são a resposta a esta ofensiva privatizante que cortará milhares de empregos.

Generalização das lutas

A esta ofensiva do governo, o movimento operário tem respondido com uma onda de manifestações e greves liderada pelos professores, funcionários de escola e ferroviários.

A luta também se estende às grandes empresas privadas, que incorporam suas próprias reivindicações (o fim da Lei Balladour que aumentou de 37 para 40 anos o tempo mínimo de contribuições para a Seguridade), e à juventude, parte ativa na luta contra a descentralização da Educação.

A exigência de uma Greve Geral que unifique o movimento e coloque o governo em xeque já se converteu em um clamor. Mas até agora, as grandes centrais sindicais CGT e FO (Força Operária) e os partidos majoritários da esquerda (PS e PCF) querem limitar a luta à exigência de que o governo "abra negociações" e discuta ponto a ponto a contra-reforma. ■

UMA AGRESSÃO EM ESCALA EUROPÉIA QUE EXIGE UMA RESPOSTA CONTINENTAL

Com diferentes ritmos, a classe trabalhadora e a juventude na França, Áustria, Alemanha, Itália e Espanha vêm demonstrando disposição de defender firmemente suas conquistas sociais, atacadas em todo o continente.

Neste contexto, seria coerente que a Confederação Européia de Sindicatos (CES), organização que congrega as principais centrais sindicais da Europa, convocasse uma mobilização unificada em escala continental.

No entanto, uma vez mais a burocracia da CES mantém as mobilizações encerradas dentro das fronteiras nacionais, dispersando a combatividade e energia dos trabalhadores. O ataque dos governos é realizado de forma simultânea e unificada. E exige uma ação unificada de toda a classe trabalhadora.

A União Européia, reivindicada como um "modelo de integração" por setores da esquerda mundial e brasileira, mostra sua verdadeira cara: união de governos capitalistas retirando conquistas históricas dos trabalhadores.